

A Economia Coreana: Características Estruturais*

Prof. Dr. Gilmar Masiero**

Introdução

A Coréia do Sul, oficialmente conhecida como República do Coréia, ocupa a porção norte da Península Coreana. Ao norte é cercada pela Coréia do Norte, ao leste pelo Mar do Japão, ao sudeste e sul pelo Estreito da Coréia e, ao oeste pelo Mar Amarelo. Sua área total é de aproximadamente 98.500 quilômetros quadrados, o que equivale à área do estado brasileiro de Pernambuco. Sua população é de aproximadamente 45 milhões.

A Coréia é um país homogêneo em termos de sua raça, língua – o *hangul*, inventado pelo Rei Sejong, o Grande, em 1443 - e de cultura. Esta homogeneidade é reforçada pela uniformidade educacional em termos de livros-texto e rituais escolares que reforçam e alimentam o espírito nacionalista coreano.

O Estado da Coréia do Sul foi estabelecido em 1948 após anos de disputa entre a ocupação das forças americanas no sul e os interesses da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no norte. A capital e principal centro industrial do país, desde aquela época, é Seul. Outras importantes cidades são: Pusan - com o principal porto, Taegu - grande centro da indústria de seda, Inchon - com o maior porto no Mar Amarelo, e Kwangju - centro turístico e de comércio.

A divisão da Península Coreana, em 1945, criou duas unidades econômicas distintas. O norte possuía a maior parte de recursos naturais e as indústrias pesadas, desenvolvidas durante a ocupação japonesa. O sul possuía a maior parte dos recursos agrícolas e mão-de-obra, tendo seu desenvolvimento industrial se concentrado inicialmente na manufatura de bens de consumo de massa orientada para exportação, especialmente em indústrias trabalho intensivas como têxteis, vestuário, calçados e alimentos.

A economia sul coreana, tradicionalmente baseada na agricultura, tem demonstrado, desde os anos 60, grande dinamismo industrial. Uma série de planos econômicos foram iniciados em 1962 e orientaram o desenvolvimento da manufatura leve para a exportação. A ajuda econômica, naquela época, especialmente dos EUA e, mais tarde, do Japão, na forma de assistência técnica, foi importante para o crescimento econômico do país. Nos anos 70, foi empreendida a industrialização pesada, liderada pelos grandes conglomerados de propriedade familiar, levando a indústria coreana a produzir e exportar, logo a seguir, maquinaria elétrica, automóveis, navios, produtos químicos, semicondutores etc., em condições de grande competitividade. Alguns números da rápida transformação da economia sul coreana podem ser facilmente visualizados na Tabela 01 abaixo:

* Texto elaborado para ser apresentado no Seminário sobre Brasil e Coréia do Sul organizado pelo IPRI do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 05 e 06 de Outubro de 2000, na cidade do Rio de Janeiro.

** Professor e Pesquisador da Universidade Estadual de Maringá e visitante do KIEP, NUPRI, UNICAMP, CILAS/UCSD e IDE. Agradecimentos a Eduardo Serra (COPPE/UFRJ) Juliana Shimonishi (UFPR) e Marcos Ribeiro (KOTRA) pelas críticas e sugestões.

Tabela 01: Principais Indicadores Econômicos (Preços Correntes)

	1953	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1994*
População em milhões	21.5	25.0	28.7	32.2	35.3	38.1	40.8	43.4	44.5
PNB em US \$ bilhões	1.4	1.9	3.0	8.1	20.9	60.6	91.1	251.8	376.9
PNB per capita em US \$	67.0	79.0	3.0	253	594	1.597	2.242	5.883	8.483
Exportações em US \$	39.6	32.8	175.1	835.2	5.081,0	17.504,9	30.283,1	65.015,7	96.013,2
Estrutura do PNB									
Setor Primário %	47.3	36.8	38.0	26.6	24.9	14.7	12.5	8.7	7.0
Setor de Mineração %	1.1	2.1	2.0	1.5	1.6	1.5	1.2	0.5	0.3
Setor Manufatureiro	9.0	13.8	18.0	21.0	25.9	28.2	29.3	29.2	26.9
Setor Governamental	2.6	4.1	4.7	6.6	5.9	10.1	10.6	13.7	15.8
Setor de Serviços	40.0	43.2	32.1	42.2	41.7	45.5	46.5	47.9	50.0
Estrutura Manufatureira									
Indústria leve %	78.9	76.6	68.6	60.8	52.1	46.4	41.5	34.1	26.9
Indústria Pesada %	21.1	23.4	31.4	39.2	47.9	53.6	58.5	65.9	73.1

Fonte: Seoul Office of Statistics, Republic of Korea, August 1995. * Estimativas in Linsu Kim (1997).

Ao longo dos anos, várias foram as caracterizações utilizadas por diferentes estudiosos para o desenvolvimento econômico sul coreano: País de industrialização tardia ou recente (NIC), país emergente, gigante, ou mesmo, juntamente com outros países asiáticos de rápido crescimento econômico, de dragão. Algumas destas denominações foram e ainda são utilizadas para caracterizar o desenvolvimento econômico brasileiro. Possivelmente pela percepção de mais similaridades que diferenças no processo de industrialização brasileiro quando comparado com o sul coreano, é já considerável a literatura brasileira sobre o assunto. Um exemplo recente do esforço acadêmico para compreender aquele processo de desenvolvimento foi realizado por Coutinho (1999) que elaborou o seguinte quadro resumo dos principais acontecimentos relativos a política econômica dos dois países ao longo dos anos:

Quadro 01: Desempenho econômico – Brasil e Coréia do Sul – Retrospecto histórico.

Brasil		Coréia do Sul	
Período anual de crescimento do PIB	Taxa média	Período anual de crescimento do PIB	Taxa média
1950-1962 (inclui o período JK)	6,9%	1950-62 (período S. Rhee)	4,9%
1963-1967 (crise política e reformas sob o governo do Gen. Castelo Branco)	3,2%	1963-1971 (1ª arrancada sob o governo do Gen. Park)	8,8%
1968-1974 ("milagre econômico sob o auge do regime militar)	11,0%	1972-1975 (1ª fase da industrialização pesada)	8,9%
1975-1980 (II PND, conclusão da base pesada da indústria)	6,6%	1976-1979 (2ª fase e conclusão da base pesada, fim da "era Park")	10,6%
Taxa média anual do período 1950-1980	6,5%	Taxa média anual do período 1950-1979	6,5%
1981-1983 (recessão provocada pelo "choque da crise da dívida")	-1,1%	1980-1982 (recessão/estagnação pós Park e crise da dívida)	1,1%
1984-1989 (crescimento irregular com inflação alta, <i>stop n'go</i> , pré e pós plano Cruzado)	4,5%	1983-1987 (<i>drive</i> exportador, integração econômica com Japão e upgrade industrial)	10,2%
1990-1993 (recessão decorrente dos planos fracassados, Color I e II, com início de abertura)	-1,3%	1988-1993 (transição para economia baseada nos complexos eletrônicos e automobilístico)	7,8%
1994-1998 (estabilização com plano Real, juros altos e câmbio valorizado)	3,6%	1994-1997 (expansão com abertura financeira e internacionalização dos <i>chaebols</i>)	7,5%
1999-2000 (crise cambial e recuperação precária)	1,3%	1998-2000 (crise cambial e recuperação promissora)	2,0%
Taxa média anual do período 1981-2000	1,6	Taxa média anual do período 1980-2000	5,4%

Fonte: Várias fontes, Banco Mundial e FMI, projeções para 1999 e 2000 baseadas no "Consensus Forecast".

Muitas são as variáveis que influenciaram no desenvolvimento econômico sul coreano e brasileiro ao longo dos anos. Muitos foram e ainda são os cientistas políticos, economistas, burocratas, cientistas sociais etc., convictos de que esta ou aquela política econômica é a mais correta para o desenvolvimento deste ou daquele país. As ricas experiências brasileira e sul coreana de industrialização merecem ser mais intensamente investigadas e discutidas. Assim, procurando contribuir para um maior conhecimento da experiência de desenvolvimento sul coreana, após um rápido contraste estatístico de alguns dados econômicos dos dois países, apresentados abaixo, o texto segue descrevendo as características estruturais da sociedade e da economia coreana. São considerados alguns aspectos religiosos, educacionais, de condições de trabalho, de planejamento econômico, de organização industrial e, por fim um breve histórico do relacionamento diplomático e comercial da Coréia do Sul com o Brasil.

Tabela 02: Principais indicadores econômicos anuais da Coréia do Sul e do Brasil

	1995		1996		1997		1998		1999	
	CS	BR	CS	BR	CS	BR	CS	BR	CR	BR
PNB a preços de mercado US \$	377.3	704.1	418.5	774.9	453.3	804,1	444.4	775,4	483.8	555,9
PNB crescimento real	8.9	4.2	6.8	2.8	5.0	3.2	- 6.7	- 0.2	10.7	0.8
Inflação de preços de consumo	4.5	66.0	4.9	15.8	4.5	6.9	7.5	3.2	0.8	4.9
População	45.1	155.3	45.5	157.5	45.9	159.6	46.4	161.8	46.9	163.7
Exportação fob US \$ bi	124.6	46.5	130.0	47.7	138.6	52.9	132.1	51.1	145.5	48.0
Importação fob US \$ bi	129.1	49.9	144.9	53.3	141.8	59.7	90.5	57.7	116.8	49.2
Balanco de Conta Corrente	-8.5	- 18.14	-23.0	- 23.25	-8.2	-30.49	40.6	-33.83	25.0	-24.34
Reservas s/ ouro	32.7	49.7	34.0	58.3	21.1	50.8	52.0	42.6	74.1	34.3
Divida externa total	94.9	159.0	120.3	179.5	145.8	193.7	141.5	223.1	137.3	216.1
Taxa dívida/serviço	7.9	36.8	9.0	42.4	9.0	58.2	13.4	47.2	15.6	67.4
Taxa de câmbio W:US; R:US \$	771.3	0.92	804.5	1.01	951.3	1.08	1.401.4	1.16	1.188.8	1.81

Fonte: EIU Country Report, Korea May 2000. 27 de abril 2000 W 1.110: US \$1; Brazil 1st quarter 2000, February 24th 2000 R 1.78: US \$1

1. Os Dinamizadores Valores Religiosos

Muitos estudiosos do desenvolvimento econômico asiático atribuem um peso relativamente elevado as características sócio-culturais, principalmente ao Confucionismo, em suas explicações sobre o rápido crescimento econômico sul coreano. A sociedade coreana é socialmente influenciada pelos cinco princípios de Confúcio: fidelidade e respeito paternal, submissão da esposa ao marido, ordenamento social baseado na senioridade, confiança mútua nas relações humanas e lealdade absoluta aos governantes. Esses tradicionais valores foram alterados, no entanto, devido às influências do cristianismo e da educação ocidental desde meados do século XIX, principalmente pela crescente presença de protestantes, que hoje totalizam um quarto da população coreana.

Tu Wei-ming (1984) argumenta que a ética Confucionista tradicional tem sido combinada e significativamente modificada pela ética cristã ocidental, formando uma “nova ética Confucionista”. Esta nova ética seria formada de um amalgama das famílias ou dos valores coletivamente orientados dos asiáticos com os pragmáticos valores orientados a objetivos econômicos do ocidente. Estas novas orientações alteraram os princípios tradicionais de ordenamento social que colocava os comerciantes e industriais em último lugar, após pela ordem, aos artesãos, agricultores e servidores do governo. Este novo reordenamento permitiu aos engenheiros e homens de negócio prosperar na nova sociedade industrial do presente século.

O professor Wei-ming sugere aprofundar análises comparativas ao examinar como estes diferentes tipos são relacionados. A ética Protestante vê o indivíduo como uma entidade isolada e como uma força na estruturação da sociedade, enquanto a ética Confucionista resgata o indivíduo como o centro dos relacionamentos, levando a um novo tipo de espírito empreendedor e estilos administrativos. A diferença entre as éticas Protestante e Confucionista também pode ser visualizada na percepção dos direitos e obrigações.

A ética Protestante é consciente dos direitos individuais dentro de uma estrutura legal, sabendo bem onde os interesses pessoais estão. Se não for possível reconhecer os próprios interesses, como alguém pode ser considerado um ser racional? Já a ética Confucionista tem um forte senso de obrigações. Um homem desta sociedade deve saber suas responsabilidades e obrigações sociais. Deve ser um homem de grupo, disposto a cooperar com as pessoas a sua volta e não é encorajado a perguntar por seus direitos. Como um elemento integral da comunidade, ele não deve ser egoísta pois tal comportamento pode provocar desdém e crítica em sua comunidade.

Wei-ming ainda examina as manifestações destes dois tipos de consciências (de direitos e obrigações). Para ele, a cultura ocidental é pouco ritual, enquanto a Ásia é altamente ritual. Numa sociedade pouco ritual, o comportamento normativo é relativamente subdesenvolvido. O que é visto como comportamento social correto tende a ser ambíguo em muitas ocasiões. Apesar disto gerar um alto nível de tolerância, a falta de comportamento padronizado causa um dilema no que se refere aos limites do mesmo. Cada nova interação possui um certo grau de novos rituais e novas características de comportamento. Por um lado, este ambiente pouco ritual é confortável e relativamente tolerante a diversos tipos de comportamento. Por outro lado, é difícil para as pessoas cultivarem relacionamentos sólidos e duradouros, especialmente quando a sociedade ganha mobilidade.

Em um ambiente altamente ritual, muitas das interações humanas seguem um padrão aceitável pela sociedade. Os membros desta, conhecendo estes padrões desde o nascimento, não percebem como seus comportamentos seguem padrões. Mas, aos olhos de um observador estrangeiro, o padrão se torna distintivo. Os dois ambientes possuem aspectos positivos e negativos, dependendo de como estes são vistos, e também podem ser associados com os dois tipos de ética mencionados anteriormente.

Outra manifestação social relacionada à natureza da comunidade examinada pelo professor Wei-ming é o que ele denomina de sistema adversário e de comunidade fiduciária. Para ele, os Estados Unidos são um exemplo do sistema adversário, enquanto o Japão representa a comunidade fiduciária. O sistema adversário, garante e protege os direitos individuais, reconhece e apoia os interesses pessoais e a competitividade dos indivíduos. Visto que a regra é aceita como um valor moral, o sistema adversário é altamente legal. Assim, a interação humana tende a ser modelada pelos julgamentos e pela barganha nos conflitos de interesses. O importante papel que os advogados têm na sociedade americana pode ser melhor compreendido através desta perspectiva.

Contrariamente a este sistema, uma comunidade fiduciária enfatiza a confiança, como a palavra fiduciária sugere, e o compromisso com os valores compartilhados na sociedade. Uma sociedade fiduciária geralmente se desenvolve na base de uma experiência étnica única que compartilha formas rituais particulares, além de uma longa história de socialização. Os sistemas econômicos também refletem alguns destes contrastes. No sistema adversário, o *laissez-faire* e a competição de mercado livre são altamente respeitados; sob o sistema fiduciário, a liderança e a intervenção do governo são essenciais.

2. A Educação Como Prioridade

As éticas religiosas ocidentais e ou orientais não podem ser responsabilizadas pelo excelente desempenho econômico deste ou daquele país. Países cristãos não protestantes, como a França ou Itália ou mesmo o Brasil na época de seu “milagre econômico” também demonstram serem capazes de obter elevadas taxas de crescimento e mobilidade social baseados em conjunto distinto de variáveis. Uma delas, têm sido a grande ênfase à educação formal.

Alice Amsden (1989) diz que os países de industrialização tardia tendem a promover maiores facilidades de acesso a educação, superando o padrão existente nos primeiros anos de expansão industrial. Segundo ela, o que é importante notar é a proeminência da Coreia do Sul nesta área de progresso social. Mesmo entre os países de industrialização tardia a Coreia tende a ultrapassar todos os índices de educação formal como o número de alunos matriculados em idade escolar, o percentual de engenheiros per capita etc.

Não é somente a educação formal que contribui para o desenvolvimento da Coreia. A assistência técnica adquirida fundamentalmente do Japão, um país voltado para a aprendizagem e rápida industrialização, também tem contribuído para o processo. Por outro lado, Amsden acredita, países Latino Americanos e a Índia que receberam assistência técnica da Inglaterra e Estados Unidos, considerados inventores e inovadores, não obtiveram a mesma herança e espírito de aprendizagem que os Coreanos.

Parece existir consenso entre os estudiosos sobre a influência da educação formal e da assistência técnica no processo de desenvolvimento econômico sul coreano. Esse consenso certamente foi criado pela vontade política dos governantes daquele país em perseguir e ultrapassar os índices de educação formal acima mencionados. Isto por que, segundo Linsu Kim (1997), ao final do período colonial japonês, em 1945, o analfabetismo girava em torno de 80% e somente 2% da população acima de 14 anos possuía o ensino secundário. A Coréia iniciou seu processo de modernização com baixos níveis de recursos humanos capacitados. Estes parecem ter iniciado seu entusiasmo pela educação quando os universitários foram isentos de participar da Guerra da Coréia.

O percentual do orçamento total do governo destinado para a educação cresceu de 2.5 % em 1951 para 17 % em 1966 e 23% em 1995. Neste período a participação governamental no total dos gastos não foi maior que um terço, ficando os demais dois terços para a iniciativa privada; normalmente grandes empresas, e as famílias. Isto reflete o forte compromisso da sociedade coreana para com a educação que, já no início dos anos 80, havia acabado com o analfabetismo no país. Na metade dos anos 90 contava com 100% de alunos em idade escolar matriculados no primeiro grau, 99% na escola média (12 a 14 anos) e 89% no segundo grau (15-17 anos). O percentual de 11 dos jovens em idade escolar matriculados no ensino superior, em 1970, cresceu para 28, em 1980, 59 em 1990 e 70 em 1994.

Vários outros países também apresentam rápido crescimento dos números relativos a educação formal. O que tem diferenciado a Coréia do Sul dos demais é a prévia expansão da educação de maneira a suportar as exigências das diferentes etapas de desenvolvimento do país. Muitas empresas possuem suas próprias escolas e desde 1974 o governo tornou compulsório o treinamento dos trabalhadores nas empresas de mais de 300 empregados, e com mais de 150 desde 1992, o que levou a constituição de vários centros de treinamento em todo o país. Além deles tem sido crescente as matrículas nos cursos técnicos de 2 a 3 anos de duração. A expansão desses programas ao longo das últimas duas décadas reflete o esforço de capacitação técnica em resposta ao aumento da complexidade industrial e crescentes demandas das empresas.

Dados de pesquisa divulgados pelo Ministério de Educação em 1994, informam que o número de cientistas e engenheiros cresceu mais que 5 vezes entre 1980 e 1990, de 18 mil para 99 mil. Esse crescimento corresponde a uma taxa de 14% ao ano, a maior do mundo, colocando a Coréia do Sul no mesmo nível de países como a França e a Inglaterra em termos de densidade de cientistas em relação a população total do país. Em 1993 essa densidade era de 22 para cada 10 mil habitantes na Coréia, 23 na França e 21 na Inglaterra. Além da formação de quadros, as universidades brasileiras desenvolvem ciência e tecnologia diferentemente que as coreanas, com exceção da Universidade Nacional da Coréia e da Universidade de Ciência e Tecnologia de Pohang, que são unicamente orientadas para o ensino.

Outro importante aspecto relativo a capacitação dos sul coreanos está relacionado à sua grande dependência e relacionamento com os norte americanos desde o fim do período colonial japonês. Desde a imediata expulsão dos japoneses do território coreano as forças militares norte americanas passaram a organizar e treinar o exército sul coreano. Jovens sul coreanos ainda hoje prestam serviço militar compulsório de dois a três anos, nele obtendo várias aptidões técnicas e experiência burocrático militar. No período de grande assistência externa, até metade da década de 60, muitos empregados do governo ou das empresas eram enviados aos Estados Unidos para treinamento ou negócios.

Essa prática parece continuar nos dias de hoje, pois, segundo Linsu Kim (1997), a taxa de estudantes de nível superior no exterior é duas vezes maior na Coreia que na Argentina, Brasil, Índia e maior ainda que a do México. A taxa de estudantes coreanos nos Estados Unidos em relação a população total do país só é superada pela de Taiwan. É grande também a presença dos mesmos no Japão, onde, em números absolutos, somente são superados pelos chineses. Aproximadamente 12 mil deles obtiveram o grau de doutor (PhD) até o ano de 1995 sendo mais de 60% deles em universidades americanas e 57% do total nas áreas técnicas e de engenharia.

Esses engenheiros e outros cientistas trabalham nos muitos Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento Governamentais ou das grandes empresas, no Instituto Coreano de Ciência e Tecnologia, (KIST) desde sua criação em 1966 e no Instituto Coreano Avançado de Ciências (KAIST) desde 1975 e sua duplicação em 1995. Este último é responsável por mais da metade dos doutores em ciências e engenharia formados na Coreia. Estes institutos públicos e privados foram e ainda são incentivados pelo governo através de empréstimos preferenciais, dedução de impostos, depreciação acelerada, redução de tarifas etc. O aumento dos gastos governamentais em pesquisa e desenvolvimento coreano ao longo dos anos 80 se igualou ao de muitos países desenvolvidos nos anos 90. Os gastos com P&D cresceram mais rapidamente que a economia como um todo sendo 70% deles provenientes do setor privado.

O esforço coreano de alocação de eficiências; e não simplesmente de recursos como alguns economistas norte americanos popularizaram ser a causa do rápido ciclo de crescimento asiático; ao longo de sua trajetória de desenvolvimento é facilmente percebido na importante contribuição do progresso tecnológico no crescimento econômico. Segundo Ahn e Kim (1997) de acordo com estimativas de seus colegas do Instituto de Desenvolvimento Coreano, fatores tecnológicos contribuíram significativamente para o crescimento econômico nas três últimas décadas como pode ser visto na Tabela 03 abaixo.

Tabela 03: Contribuição dos Fatores Tecnológicos no Crescimento Econômico Coreano

	1963-72	1972-82	1982-92	1963-92
Taxa de crescimento do PIB	8.22	7.09	9.49	8.26
Trabalho	2.74	2.95	2.18	2.61
Capital	1.14	2.02	1.93	1.71
Méritos de Escala	1.52	1.51	1.81	1.65
Tecnologia	1.89	0.64	0.95	1.14
Outros*	0.94	0.97	1.24	1.07

* Inclui efeitos de melhoria na alocação dos recursos, nível educacional e liberalização de barreiras comerciais.

Fonte: Hong, Sung Duk. Analysis of Factor Contribution to Economic Growth. Korean Development Review, Vol. 16, N.3, Korea Development Institute, 1994.

3. Trabalho, Disciplina e Relações Industriais

Grupos de trabalhadores e governo têm discutido o assunto da redução de horas de trabalho recentemente. Como a crise de moeda corrente em 1997, trabalhadores e governo planejam reduzir horas de trabalho como um meio de criar novos postos de trabalho. Além disso, devido à rápida recuperação econômica e a melhoria de condições de emprego, passou a ser necessário reduzir as horas de trabalho para melhorar a qualidade de vida.

O assunto básico nestas atuais discussões é a revisão da legislação sobre horas de trabalho. Segundo Jeong-il Lee (KET 05/08/2000), em 1953, a Lei Básica do Trabalho especificou que os empregados deviam trabalhar oito horas por dia, 48 horas por semana. Em 1991, o governo apresentou uma emenda reduzindo as horas de trabalho semanais para 44 horas, seguindo uma

prévia redução para 46 horas em 1989. Atualmente, grupos de trabalhadores estão solicitando a revisão da lei para reduzir a 40 horas de trabalho semanais para forçar a redução das longas jornadas de trabalho efetivamente trabalhadas pelos empregados sul coreanos. A *Korean Economic Weekly* de 7 de novembro de 1994 mostra que os trabalhadores de Seul trabalham 2.300 horas, com oito dias de férias ao ano, enquanto que seus colegas de Tóquio trabalham 1900 horas ao ano e tiram o dobro de dias de férias.

As horas efetivamente trabalhadas em companhias manufatureiras coreanas são mais longas que em países industrializados, mas menores que os da cidade-estado de Singapura ou mesmo Taiwan. As horas de trabalho extra têm diminuído desde 1980, caindo de 15% em 1985 a 12% em 1999, percentuais que ainda podem ser considerados elevados. Porém, existe uma diferença considerável de indústria para indústria ou mesmo de empresa para empresa sendo, na manufatura, mineração e construção de 16%, 10%, e 4%, respectivamente, no ano de 1999. Nesse mesmo ano a média de horas extras ficou em torno de 8%. Além disso, embora oficialmente os empregados possam usufruir de 22 dias de folga pagos por ano, os mesmos têm utilizado menos que 9 dias ao ano.

As discussões e negociações sobre condições de trabalho na Coreia do Sul, desde sua formação foram dominadas por aspirações políticas partidárias de seus militantes. Isto ocorreu, num primeiro momento pela herança anti-imperialista e pela inexistência de um complexo industrial e / ou de instituições onde as disputas poderiam ser travadas. Num segundo momento, durante os anos da ditadura militar onde o lema “primeiro crescer, distribuir mais tarde” era dominante, pela continua repressão a quaisquer manifestações dos trabalhadores, especialmente após a Constituição Yushin de 1972. Para muitos, o fato do país ter adotado, nos anos 50, uma legislação do trabalho baseada na americana – e, em alguns aspectos, na japonesa – fez com que a mesma não fosse cumprida pelos futuros empresários e governantes.

No início dos anos oitenta, a intervenção governamental nas relações de trabalho continuou com a desaprovação ao desenvolvimento autônomo das relações sindicais. Através de limitações ao direito de livre organização o governo forçou a mudança da organização sindical por categorias profissionais para a organização baseada nas empresas, e proibiu manifestações fora do local de trabalho. É dessa época também a controvertida proibição da intervenção de uma terceira parte nas discussões e negociações dos conflitos trabalhistas.

A partir da metade de 1987, mais de vinte anos de repressão aos trabalhadores e aos sindicatos eclodiram em mais de 3.500 casos de greves somente em Julho e Agosto. O ano terminou registrando 3.749 casos e mais 1.878 e 1.616 outros foram registrados nos anos de 1988 e 1989. Esses números contrastam com os históricos 100 a 200 casos registrados em anos anteriores e posteriores a esse período. A maioria das manifestações consideradas ilegais eram violentas e lideradas por representantes sindicais que coordenavam grandes contingentes de trabalhadores das indústrias químicas e pesadas recém desenvolvidas.

É dessa época também o surgimento de sindicatos representativos dos trabalhadores no setor de serviços como os bancos, imprensa, hospitais e pesquisadores que continuam impedidos de se organizar nacionalmente. A FKTU – *Federation of Korean Trade Unions*, organizada em 1946, têm procurado representar os interesses dos trabalhadores sem se opor aos do governo ou grandes empresas, e, por isso mesmo sobreviveu aos anos mais duros do regime militar. Uma outra federação nacional denominada de Chun-No Hyup, mais combativa, é *de facto* a federação mais representativa dos interesses dos trabalhadores.

Das muitas disputas dos trabalhadores e dos esforços governamentais e privados na ampliação dos níveis de educação da força de trabalho sul coreana ao longo dos anos, o país apresenta atualmente uma sociedade com uma das menores desigualdades de renda do mundo. Aumentos no número de indivíduos educados leva a uma maior competição por empregos de maior remuneração e este processo conduz a diminuições nas rendas relativas que podem ser obtidas por grupos de elite. Song (1995) demonstra que uma comparação internacional da distribuição de renda indica que a Coreia do Sul têm uma renda melhor distribuída que a China, Argentina e Estados Unidos mas ainda é pior que a do Japão e de Taiwan.

Ainda de acordo com Song, enquanto que na Coreia do Sul os 20% de menor e os 20% de maior renda consomem respectivamente 7.5% e 39.2%, no Brasil, os respectivos valores são de 2,1 e 67,3. Da divisão dos valores consumidos pelos 40% de menor renda pelos 20% de maior para os casos sul coreano e brasileiro tem-se um indicador de 52.3 para a Coreia e de somente 10.4 para o Brasil. Enquanto a Coreia do Sul, ao longo de seu processo de industrialização ampliou as igualdades de renda sendo um dos países de melhor distribuição de renda do mundo, o Brasil, ao contrário, tem não só ampliado essas diferenças ao longo de seu processo de industrialização como também mantido taxas de crescimento populacional mais elevadas.

Os sul coreanos, ao contrário dos brasileiros e latino americanos em geral, parecem ter superado os japoneses no que diz respeito a extensivas e intensivas horas de trabalho. Acredita-se que a orientação social ao trabalho árduo é devida a vários fatores, entre os quais o espírito nacionalista de tornar-se uma grande nação, a exemplo das resistências passadas as muitas invasões, chinesas, japonesas, russas e dos mongóis. Tenacidade para enfrentar tempos difíceis criaram uma peculiar *psyche* denominada *han*. Segundo Kim (1994) este complexo estado psicológico é causado pelos sentimentos de rancor, remorso, vingança, pesar e desastre somente aliviados, segundo esses autores, quando colocados a serviço da melhoria das condições de vida da sociedade coreana.

Outra importante característica do comportamento sul coreano em relação ao trabalho é seu longo e competitivo processo de formação escolar. Para conseguir entrar nas melhores universidades e dessa forma conseguir emprego melhor remunerado nas maiores empresas do país, familiares e professores pressionam os estudantes para a auto-disciplina e esforço concentrado nas atividades escolares, quer em classe, quer nas muitas extra-classe. Doze ou mais horas de estudos diários – comuns entre os coreanos, como também em países asiáticos –, condicionam os estudantes e futuros trabalhadores a longas jornadas de trabalho.

Memórias dos tempos de guerra, o relevo montanhoso, a grande densidade demográfica, só superada por Bangladesh, invernos severos e poucos recursos naturais para subsistência também são normalmente apontados como motivadores ao trabalho árduo e contínuo. Este espírito de superação individual e coletivo é também percebido no sentimento ou vontade de “vencer o Japão” em indicadores de desempenho ou mesmo na expressão coreana muito popular *pali, pali* que significa depressa, depressa. A exemplo da palavra japonesa *ganbate*, que significa esforça-te, *pali pali*, mais pronunciada que “tudo bem” no Brasil, traduz o imperativo chamamento público para “deixar de ser preguiçoso” e reforçar o *can-do* espírito coreano.

4. Os Governos e os Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico.

A Coreia passou a pertencer ao Japão em 1910. No início da ocupação japonesa, os coreanos eram tratados como povo conquistado. Com o movimento estudantil, realizado em 1919, para a Proclamação da Independência, a situação dos coreanos mudou um pouco. Até então, não podiam publicar seus próprios jornais nem se organizar politicamente ou em grupos intelectuais. Os estudantes sul coreanos são considerados por alguns estudiosos mais combativos que os trabalhadores do país, e foram a causa de graves crises políticas como a que levou à renúncia de seu primeiro presidente, Syngman Rhee, em 1959, e ao massacre de Kwang-ju no início dos anos 80.

O desenvolvimento econômico sob o governo japonês trouxe poucos benefícios aos coreanos. Praticamente todas as indústrias pertenciam à empresas japonesas instaladas ou não na Coreia. As taxas de juros cobradas aos empreendedores coreanos eram mais altas do que aos japoneses, dificultando o surgimento de empresas locais. No início dos anos 40, o capital coreano constituía apenas 1,5% do total investido nas indústrias instaladas no país. A colonização japonesa foi severa. Entre 1930 e 1945, o governo passou a exigir que todos os coreanos falassem japonês. Em 1939, um decreto incentivava que todos os coreanos adotassem nomes japoneses. A colonização japonesa acabou em 1945, quando o país foi ocupado pelas forças americanas.

A ocupação Americana (1945-1948) na Coreia foi caracterizada por incerteza e confusão. Esta situação foi decorrente da falta de uma clara política americana para a Coreia, do confronto entre os EUA e a União Soviética e da polarização da política coreana entre a esquerda e a direita. Apesar do tratamento hostil que os generais americanos davam aos grupos coreanos, a partir de 1945 muitos partidos políticos foram fundados. Entre eles, a República do Povo Coreano, o Partido dos Comunistas Coreanos, o Partido dos Trabalhadores Coreanos, o Partido Democrático Coreano, entre outros. Devido a este fato, em 1946, o governo americano estabeleceu a Assembléia Nacional Sul Coreana para a formulação de leis que promovessem reformas sociais, políticas e econômicas. Em 1947, a Coreia do Sul foi submetida às Nações Unidas e, em novembro do mesmo ano, a Assembléia Geral reconheceu a independência do país.

Em 1948, uma comissão das Nações Unidas supervisionou a eleição da Assembléia Nacional. A recém eleita Assembléia Nacional, estabeleceu, na Coreia do Sul, a forma de governo presidencial com mandato de 4 anos. Seu primeiro presidente, Syngman Rhee, foi eleito por em maio daquele ano. A evolução política do país é de alguma forma condicionada pelos interesses das grandes potências internacionais durante todo o período da Guerra Fria. De forma resumida relaciona-se abaixo no Quadro 02 o período e o nome dos presidentes bem como os principais acontecimentos políticos e econômicos do país:

Quadro 02: Governos e Principais Acontecimentos

1948-60 Syng-Man Rhee	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento econômico sob condições subdesenvolvidas. • Reforma agrária em 1947 e 1950. Educação elementar tornada compulsória. • Instabilidade política e social. Guerra civil de 1950 a 1953. • Surgimento de grupos com taxas de crescimento maior que a média nacional. • O crescimento econômico não fazia parte dos objetivos políticos.
Ago60/May61 Chang Myon	<ul style="list-style-type: none"> • Frágil sistema parlamentarista com Chang Myong eleito primeiro ministro
1961-1979 Chung-Hee Park	<ul style="list-style-type: none"> • Com o estabelecimento do primeiro e do segundo plano quinquenal de desenvolvimento econômico, a economia passou a crescer duas vezes mais rápido do que no governo Rhee. • Controle das atividades do setor privado para assegurar que os recursos e as oportunidades do governo iriam contribuir para o crescimento do país. • Na década de 70, o governo promoveu o desenvolvimento de indústrias químicas e pesadas.
1979 Choi Kyu-Há	<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase na estabilidade econômica e igualdade ao invés de crescimento.
1980-1988 Chun Doo Hwan	<ul style="list-style-type: none"> • Reorganização das indústrias químicas e pesadas para diminuir o monopólio dos <i>chaebol</i>. • Durante este período os grupos coreanos estavam altamente endividados: 83,5% dos recursos dos 10 maiores era financiado por dívidas, enquanto que a média da Coreia era de 65,2%. • Os grupos passaram a atuar nas indústrias de alta tecnologia. • Início dos investimentos estrangeiros diretos.
1988-1992 Roh Tae-Woo	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a competitividade da economia coreana. • Liberalização das finanças, das importações e do comércio internacional. • Democratização do país
1993-1997 Kim Young-Sam	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de plano de desenvolvimento para a nova economia, com ênfase na administração da economia sem o controle do Estado. • Intenso movimento pela globalização total denominado <i>segye-hwa</i>. • Entrada do país na OCDE
1998-2003 Kim Dae Jung	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação financeira, do trabalho, das corporações e das repartições públicas. • Maior atenção as pequenas e médias empresas e as indústrias de informação. • Intenso movimento de reaproximação para a reunificação com a Coreia do Norte. • Realização da Copa do Mundo de futebol em conjunto com o Japão.

Segundo Ahn e Kim (1997) em meio ao caos econômico após a divisão do país, o governo Rhee implementou duas importantes reformas institucionais. A primeira foi sobre a propriedade da terra que mais tarde ajudou a Coreia do Sul a desenvolver uma sociedade igualitária e a cultivar capital humano para o progresso industrial. A Lei de Reforma Agrária de 1949 removeu um dos principais obstáculos sócio-políticos para o desenvolvimento nacional. A outra reforma foi a adoção da educação compulsória para os níveis primário e elementar.

Desde o estabelecimento da República da Coreia, predominava no país a repressão dos grupos de esquerda, sendo que alguns deles eram independentes e outros apoiados pela Coreia do Norte. A resistência da Coreia do Sul levou os norte coreanos a lançarem um ataque militar em junho de 1950, iniciando assim, a Guerra da Coreia. As forças norte coreanas invadiram a Coreia do Sul e a capital, Seul, foi destruída em três dias. A intervenção das tropas americanas, do Conselho de Segurança da ONU e de voluntários chineses foi responsável pela mudança do futuro da guerra, que durou até julho de 1953, quando o acordo de cessar fogo foi assinado em P'anmunjom. Um acordo de paz definitivo ainda não foi assinado entre as duas Coreias.

A Coreia do Sul só pode iniciar sua reconstrução econômica e desenvolvimento somente após o cessar fogo através de massiva assistência econômica dos Estados Unidos e da Organização das Nações Unidas. Segundo Kwang Suk kim e Joon-Kyung Kim (1997) começando neste período o crescimento econômico foi ininterrupto, à exceção de 1956 e 1980. A Coreia cresceu a uma taxa anual de 7.6% durante 41 anos (1953-1994), resultando na expansão do PNB em 21 vezes. Considerando que a população cresceu 2,2 % anualmente durante o período, a renda per capita em termos reais cresceu a uma taxa de 5.6% ou 9.3 vezes.

De acordo com esses autores, o crescimento econômico foi liderado por uma política de industrialização que enfatizava a reconstrução do país através da substituição das importações, até os primeiros anos da década de 60. A partir de então uma estratégia de desenvolvimento voltada para a exportação foi implementada sem porém abandonar a seletividade da importação substituidora de importações, principalmente nos anos 70, quando do desenvolvimento da indústria química e pesada. Nos anos 80 e 90, com uma estrutura industrial formada e com a democratização do país, a partir da segunda metade da década de 80, estratégias distributivas e de apoio às pequenas e médias empresas começam a ser implementadas. Além delas, a globalização da economia, bem como o desenvolvimento das indústrias de elevado valor agregado, como a da informação, são incentivadas.

As estratégias de desenvolvimento econômico sul coreano implementadas e lideradas pelo governo podem ser resumidas numa política industrial ou industrialização guiada pelo governo, nas intervenções governamentais no sistema de preços, nas relações do governo com os grandes grupos e principalmente nos diferentes planos quinquenais de desenvolvimento econômico e social. Estes orientaram não só o comportamento da burocracia estatal, com seus respectivos presidentes na liderança, como também o desenvolvimento dos grandes conglomerados sul coreanos, principalmente a partir dos anos 60. A descrição destes planos e, posteriormente, o desenvolvimento dos grupos, é priorizada a seguir

O presidente Syngman Rhee foi reeleito em 1956 e novamente em 1960, mas a manipulação das eleições de 60 provocaram um grande protesto nacional. A Revolução Estudantil em 19 de abril que levou a morte de 142 estudantes, forçou a renúncia de Rhee em abril de 1960. O estabelecimento do governo moderado de Chang Myong apresentou reformas de liberalização em muitas áreas, porém, o desenvolvimento econômico permaneceu lento. Alguns militares, temendo a crescente instabilidade no país e a agitação dos estudantes, realizaram um golpe em 16 de maio de 1961, acabando assim, com a Segunda República.

A Terceira República foi liderada pelo general Park Chung Hee que uma vez no poder removeu todos aqueles considerados corruptos e desqualificados do governo. A Korean Central Intelligence Agency (KCIA) foi criada em junho 1961 para organizar as operações anti-norte e executar a fiscalização dos dissidentes domésticos. Park governou por decreto até outubro de 1963, quando foi eleito presidente. Seu governo visava o crescimento econômico e uma "grande revolução humana" que eliminaria todas as práticas corruptas do governo. Ele lançou importantes reformas econômicas e, apesar da grande oposição de estudantes e outros, concluiu um tratado com o Japão em 1965, para reparos de guerra e apoio a industrialização do país. O país também recebeu apoio estrangeiro ao enviar tropas e trabalhadores para auxiliar os Estados Unidos durante a guerra do Vietnã (1959-1975).

Durante o governo Park a política era dominada pelo Partido Democrático Republicano, o qual, com o controle financeiro e com proteção do governo, dominou os pequenos grupos de oposição. Em 1972, Park declarou a lei marcial e introduziu a Constituição Yushin. Com as

políticas de Park, que restringiam a liberdade civil e que proibiam os oponentes políticos, o país conseguiu um crescimento espetacular e as exportações da Coreia do Sul chegaram aos mercados ocidentais. Por outro lado, a insatisfação com a política de Park cresceu. A percentagem de trabalhadores envolvidos em atividades industriais cresceu de 10,3% em 1965 para 38,4% em 1978.

Todo esse período de acelerado desenvolvimento foi guiado pelos planos quinquenais de desenvolvimento econômico. O primeiro deles (1962-66) consistiu nos primeiros passos para a construção da estrutura industrial do país. As principais direções políticas visavam assegurar as fontes de fornecimento de energia, corrigir os desequilíbrios estruturais, expandir as indústrias básicas e de infra-estrutura, mobilizar os recursos inativos, melhorar a posição da balança de pagamentos e promover o desenvolvimento de tecnologia. Para alcançar estes objetivos, as principais áreas enfatizadas pelo governo foram as de energia elétrica, fertilizantes, refinarias de petróleo, fibras sintéticas e cimento. Os objetivos do plano visavam acabar com a pobreza no país e sustentar o desenvolvimento econômico.

O Plano não representou mais do que uma lista de custos de projetos de desenvolvimento e de propostas políticas para atingir o crescimento máximo das exportações, da renda e dos empregos. O conteúdo das políticas fiscais e financeiras era praticamente de medidas de reformas relacionadas a sistemas políticos, ou seja, taxas, orçamento, sistemas monetários, mercados financeiros e sistemas de câmbio. A política comercial, porém, tinha como objetivo aumentar as exportações ao máximo, promovendo empresas de exportação através de empréstimos, benefícios fiscais e apoios administrativos. O rápido desenvolvimento econômico durante o período resultou na rápida expansão das exportações, acompanhada, porém, pelo aumento dos preços. A inflação era severa no final do Primeiro Plano, sendo que a taxa excedeu 23% em 1964.

O Segundo Plano (1967-71) enfatizou a modernização da estrutura industrial do país, o desenvolvimento econômico e a rápida construção de indústrias de substituição de importações, incluindo as de aço, maquinaria e químicas. As principais direções políticas visavam a autonomia na produção de alimentos, o desenvolvimento da pesca e da área florestal, o estabelecimento da base para industrialização pesada, a melhora na posição da balança de pagamentos, a criação de emprego, o planejamento familiar e o controle populacional, o aumento do imposto territorial, a promoção da tecnologia e o aumento de produtividade.

Devido ao aumento dos preços ocorrido durante o plano anterior, o Segundo Plano Econômico introduziu algumas medidas para a estabilização da inflação. Entre elas, uma reforma financeira com o estabelecimento de taxas de juros positivas e realistas e uma reforma fiscal para estabilizar os gastos do governo. O resultado destas medidas foram o rápido crescimento das exportações e do PIB, preços estáveis e o aumento das reservas. Porém, como os investimentos públicos e privados expandiram rapidamente, a demanda por investimentos excedeu essas reservas. A necessidade de aumentar as reservas domésticas e de reduzir os empréstimos estrangeiros tornaram-se ainda maiores neste período.

O Terceiro Plano (1972-76) privilegiou o progresso das estruturas orientadas para as exportações e a promoção das indústrias químicas e pesadas. As indústrias que receberam particular atenção incluíam as de ferro e aço, maquinaria de transporte, eletrônicos, construção de navios e petroquímicas. O governo fornecia às novas indústrias, matérias-primas, assistência financeira e empréstimos a baixas taxas de juros com o objetivo de reduzir

ou até eliminar a dependência em capital estrangeiro. Para que o desenvolvimento e a industrialização ocorressem fora da região de Seul, as indústrias foram construídas ao sul da península, uma vez que poderiam promover novas oportunidades de emprego nas áreas menos desenvolvidas.

O governo procurou aumentar as reservas para financiar as indústrias químicas e pesadas, porém, isto não ocorreu. Como consequência houve um grande aumento na dívida externa do país. Com o rápido crescimento das indústrias, a disparidade entre os setores industrial e o agrícola aumentou muito. Assim, o governo adotou uma política de apoio à agricultura através do *Saemaul Undong* - movimento por uma nova comunidade, que visava melhorar a renda e as condições de vida da população rural. Este movimento, juntamente com a promoção das indústrias químicas e pesadas, representaram um esforço da nação em aumentar a renda e a igualdade do povo coreano ao longo da década de 70.

Os principais objetivos do Terceiro Plano eram harmonizar o crescimento, a estabilidade e a igualdade, estabelecer uma economia confiante e o desenvolvimento da propriedade nacional e desenvolvimento regional balanceado. As principais direções políticas visavam a independência na produção de alimentos, a melhoria nas condições de vida nas áreas rurais, a promoção das indústrias pesadas e químicas, o desenvolvimento da ciência, tecnologia e recursos humanos, o desenvolvimento e eficiente distribuição espacial de indústrias e melhorias nas condições de vida e o bem-estar nacional.

O Quarto Plano (1977-81) visava o desenvolvimento de indústrias que pudessem competir efetivamente nos mercados industriais internacionais. As indústrias de alta tecnologia e as que exigiam mão-de-obra qualificada, como as de máquinas ferramentas, eletrônicos e construção naval foram consideradas estratégicas. O plano também enfatizava as indústrias químicas e pesadas, como as de ferro e aço, petroquímicas e de metais não-ferrosos. Como resultado, estas indústrias cresceram a uma taxa de 51,8% em 1981 e suas exportações aumentaram para 45% do total. Este resultado deve-se, principalmente, à boa performance das exportações de ferro, aço e navios, que ocorreu por causa dos baixos custos dos produtos. Com relação às indústrias de maquinaria, os investimentos dobraram na geração de energia elétrica, maquinaria integrada, motores e construção de equipamentos pesados.

No final dos anos 70, porém, devido à recessão mundial, ao aumento dos preços dos combustíveis e ao aumento da inflação, a estrutura industrial da Coreia se desequilibrou. A inflação também aumentou devido à ênfase nos investimentos em indústrias pesadas numa época de fraca demanda. Para controlar estes problemas, o governo estabeleceu um regime monetário para estabilizar o fornecimento de capital, os preços e a economia. As principais mudanças na política comercial durante o plano incluíam manter taxas de câmbio reais, expandir os subsídios e os empréstimos estrangeiros para firmas de exportação. O apoio ao treinamento de pessoal e à pesquisa e desenvolvimento, também foi ênfase. Além disso, o estabelecimento de zonas de livre exportação e a criação de companhias gerais de comércio foram introduzidas para expandir a participação do país nos mercados mundiais.

Logo após o assassinato do presidente Park em 1979, a Coreia passou por traumáticas mudanças políticas. O país estava frente a uma forte competição pelo poder, o aumento da mobilização estudantil aumentou significativamente e o surgimento de facções militares interessadas em tomar o poder fez surgir uma nova ordem autoritária. O assassinato do General Park criou um vácuo político, uma vez que a Assembléia Nacional não poderia tomar o poder, de acordo com a Constituição Yusin. Choi Kyu-Ha, primeiro-ministro, abaixo de

Park, foi eleito presidente em dezembro de 1979 e governou até maio de 1980 quando um novo golpe militar, desta vez liderado pelo General Chun Doo Hwan, tomou o poder.

Em maio de 1980, segundo Krause (1997), dissidentes dos arredores da cidade de Kwangju tentaram se insurgir contra o novo golpe militar, mas muitas pessoas foram mortas, líderes da oposição foram presos e as manifestações passaram a ser controladas com muita violência. A revolução mais importante, neste ano, foi a dos estudantes. Eles faziam campanhas para que os professores que tivessem ligações políticas com o governo Park fossem expulsos das universidades, pediam maior autonomia do controle governamental, lutavam pelo fim da Constituição Yusin e a saída do General Chun. O resultado deste movimento foi o fechamento de várias universidades e escolas e a expulsão de diretores.

Chun estabeleceu uma nova constituição em abril de 1981, criando a Quinta República. Esta era a mais democrática que a Coreia do Sul já teve, exceto pelos procedimentos para as eleições presidenciais. Ela garantia os direitos democráticos da população e da privacidade nas comunicações, a proibição da tortura e a inadmissibilidade de confissões obtidas pela força, porém, estabelecia as eleições do presidente para um mandato de 7 anos, com fortes poderes, incluindo o direito de dissolver a Assembléia Nacional.

Apesar do governo Chun ter conseguido resultados notáveis na economia e diplomacia do país, ele fracassou em ganhar a confiança e o apoio público. Chun era visto pela população como uma pessoa que tirou da Coreia do Sul a oportunidade de estabelecer a democracia. Porém, seu governo foi marcado por importantes relações diplomáticas estabelecidas no período. A escolha de Seul como sede das Olimpíadas de 1988 e a visita, em 1983, do primeiro-ministro japonês Nakasone Yasuhiro, que resultou em um empréstimo de 4 bilhões de dólares para o financiamento de plano de desenvolvimento da Coreia do Sul de 1982-1986, foram os principais acontecimentos do governo Chun.

Em 1982, o Quinto Plano foi lançado com o objetivo de construir uma sociedade de bem estar. No início dos anos 80 a economia coreana era caracterizada por um lento crescimento econômico, por um aumento da dívida externa e por alta inflação. A necessidade de apressar o crescimento através das exportações tornou-se ainda maior. Como resultado, a promoção das exportações obteve prioridade política novamente. As principais mudanças na política comercial incluíam promoção dos produtos de exportação e diversificação de mercado, reformas no sistema de apoio às exportações, diminuição nas taxas para expandir a importação de produtos para a manufatura e aumento dos empréstimos associados com a exportação de bens duráveis, como máquinas e navios.

A administração da dívida externa também recebeu atenção por parte do governo. A necessidade de aumentar as reservas domésticas também foi enfatizada. O Plano enfatizava, ao invés das indústrias químicas e pesadas como nos planos anteriores, as indústrias de tecnologia intensiva como as de máquinas de precisão, eletrônicos (televisores, vídeo cassetes e semicondutores) e informação. Mais atenção foi dada à construção de produtos de alta tecnologia que apresentavam grande demanda no mercado internacional.

Frente a uma série de manifestações e protestos em 1987 pela democratização do país, pelos direitos humanos, por uma melhor distribuição de renda e por justiça social, o Presidente Chun prometeu reformas democráticas, uma nova constituição e uma eleição presidencial direta. Esta, ocorreu em 16 de dezembro e foi vencida por Roh Tae Woo, candidato do mesmo partido de Chun, com 36% dos votos. Durante os dois primeiros anos do mandato de Roh, a

população presenciou tumultos políticos e o fechamento da Assembléia Nacional, que era dominada por três partidos da oposição. Para responder às demandas da população, Roh estabeleceu planos para regularizar a economia e promover a justiça no país. As principais reformas políticas de Roh eram relacionadas à propriedade da terra, transações financeiras, diminuição da concentração de poder dos conglomerados empresariais e relações entre empregados e empresas.

A partir de 1986, a economia passou a apresentar um satisfatório crescimento econômico, preços estáveis e um superávit na balança de pagamentos. O Sexto Plano (1987-91) enfatizava e eficiência e a competitividade internacional da economia coreana através da liberalização do mercado. O conteúdo das reformas políticas incluía uma drástica redução da regulamentação do governo sobre as empresas e a liberalização dos mercados financeiros, das importações e das taxas de câmbio. Os objetivos do Sexto Plano eram praticamente iguais aos do plano anterior.

As maiores mudanças na política econômica visavam a redução gradual de vários subsídios fiscais, privatização de empresas públicas, controle monetário indireto e diminuição dos empréstimos estrangeiros. As mudanças introduzidas neste plano levaram à expansão monetária e a atrasos no ajuste estrutural industrial, que deve-se, principalmente, ao superávit na balança de pagamentos. O governo continuou enfatizando o desenvolvimento de ciência e tecnologia e a promover o potencial criativo e a iniciativa das empresas e sul coreanos em geral.

Em setembro de 1991, a Coréia do Sul e a do Norte foram admitidas nas Nações Unidas como países separados. Três meses mais tarde, os dois países assinaram um pacto de paz. O primeiro-ministro japonês Kiichi Miyazawa visitou a Coréia do Sul em janeiro de 1992 e se desculpou pelas ações contra o povo coreano durante a ocupação japonesa na península coreana entre 1910 e 1945. Em 1992, Roh foi retirado da liderança do Partido Democrático Liberal com a alegação de que ele havia comprado votos nas eleições passadas. Nas eleições de 1992, a Coréia do Sul elegeu o candidato situacionista Kim Young Sam. Logo que foi eleito, Kim lançou um programa de reformas anti-corrupção que visava tronar públicas as propriedades de políticos e de militares. É de seu governo a adoção do nome real nas transações financeiras.

Neste contexto o Sétimo Plano (1992-96) foi formulado após a Coréia do Sul se tornar membro das Nações Unidas, quando sua renda per capita já alcançava a marca de 7 mil dólares. Seus principais objetivos eram promover uma economia eficiente e saudável, inovar a administração e estabelecer um trabalho correto e ético. O governo enfatizava a reorganização da educação e promoção de treinamento profissional, expansão da infra-estrutura e eficiência no transporte, administração eficiente, organização industrial e reforço das pequenas e médias empresas, melhorias na estrutura agrícola, restabelecimento das funções do governo, expansão da abertura econômica, preparação para a unificação e promoção da cooperação norte-sul.

Este plano foi suspenso e substituído no final do seu segundo ano pelo Novo Plano de Desenvolvimento Social (1993-97), quando Kim Young Sam se tornou presidente. Este plano tinha como o objetivo tornar a economia livre do controle governamental e contar com a participação e o espírito inovador da população coreana. Ele também enfatizava a importância de reformas nas finanças, na administração, no orçamento e na ética. O principal objetivo do plano era elevar a Coréia ao nível de países avançados e reforçar a base econômica na preparação para a reunificação com a Coréia do Norte. As principais direções políticas eram

reforçar o potencial de crescimento da economia, expandir o marketing internacional e melhorar as condições de vida da população.

5. Evolução da Organização Industrial: Os *Chaebols* (Conglomerados)

Na Coreia do Sul, a organização industrial é, desde a década de 50, baseada nos grupos empresariais de grande porte. Estes, caracterizados pelo controle familiar, atingiram todos os setores da economia e cresceram rapidamente em tamanho e número. Os grupos surgiram da estreita relação do governo com as empresas, da colaboração americana – adquirindo seus produtos –, ou japonesa – transferindo tecnologia – e de um forte espírito empreendedor de um povo constantemente ameaçado de dominação externa.

Segundo Mynug-Hun Kang (1996), os grupos coreanos são compostos por firmas independentes que possuem relações econômicas entre si e normalmente têm sistemas administrativos que coordenam as atividades de seus membros. Suas principais características são: pertencerem a somente uma família, dependência de capital externo, controle centralizado, administração paternalista e forte dependência de modelos de administração estrangeiros. Em alguns casos, as firmas de um grupo pertencem a uma *holding*, a um banco, ou, como a maioria deles, a somente uma família.

O crescimento dos grupos coreanos envolveu um processo de expansão da produção, através de investimentos em tecnologia, e da diversificação, em indústrias relacionadas e não relacionadas. O tipo de produção relacionada consiste em linhas produtivas diversas que exploram tecnologia e mercados similares, além de se utilizarem de vários recursos administrativos de forma conjunta. Por outro lado, o tipo não relacionado apresenta múltiplas linhas produtivas e mercados bastante diferenciados.

Grande parte dos maiores *chaebols* surgiram nas décadas de 40 e 50 como pequenos empreendimentos de negócios. Conseguiram crescer e, atualmente, atuam em todos os mercados do mundo. Dos 50 maiores grupos, 6 surgiram no período de colonização da Coreia pelo Japão (1910-45), 31 foram estabelecidos durante o governo Rhee (1948-60) e os 13 restantes formados durante o governo Park (1961-79). Foi nesta época que houve uma rápida expansão na formação do mercado doméstico, o que também foi uma fonte de crescimento dos *chaebols*, e o governo promoveu o desenvolvimento de indústrias básicas e de infraestrutura do país.

Apesar dos maiores grupos coreanos terem se formado durante o período de 1945-60, vários empreendimentos já haviam se iniciado no período colonial ou mesmo durante a Dinastia Chosun. Porém, devido a fatores como falta de tecnologia, capital e habilidade administrativa, muitos deles faliram. Dentre as empresas que surgiram durante o período de colonização japonesa, somente o grupo Doosan, de propriedade de Park Seung-Jik, que atuava na área têxtil, manteve seu crescimento de forma continuada. Atualmente, o grupo encontra-se entre os 30 maiores *chaebols* coreanos.

No período colonial existiam variadas formas de organização industrial e comercial. A primeira consistia em companhias controladas pelas famílias atuando na agricultura e no ramo imobiliário. O grupo Samyang, de propriedade de Yon-Su Kim, é o melhor exemplo disto. A segunda incluía investimentos em sociedades anônimas. Nestes empreendimentos, o fundador adquiria uma determinada quantidade de capital, desenvolvia seu grupo e buscava maiores contribuições de capital de outros investidores.

A terceira forma organizacional consistia em pequenos investimentos em empresas de médio porte sem maiores responsabilidades administrativas. Antes da libertação do país, esses investimentos contavam com vários empreendedores coreanos e alguns japoneses. Uma quarta forma de organização se distingue da terceira somente em termos de escala e propriedade, excluindo a participação do capital japonês.

A experiência colonial japonesa teve grande importância para a origem dos *chaebols*. Após a libertação em 1945, foram os Estados Unidos que passaram a ser um novo e importante parceiro de negócios. Houve algumas mudanças nas relações governo-empresa, impostas pelo contexto instável de ideologias e instituições (provocados pelo fim da era colonial), que não afetaram, no entanto, os principais traços característicos das empresas coreanas. Entre eles, a concentração familiar no controle dos negócios e a adaptabilidade de sua direção aos apelos e apoios do governo.

Com o fim do período colonial, o país herdou muitos estabelecimentos - indústrias e infraestrutura - que pertenciam aos japoneses. Estes foram primeiramente tomados pelo Escritório Americano de Custódia da Propriedade (*American Office of the Property Custodian*) e depois distribuídos a algumas famílias coreanas pelo governo Rhee. A transferência destas propriedades proporcionou altos lucros aos que as adquiriram, além de ter sido seguida por muitos outros subsídios creditícios, como licenças para importação de matérias-primas, e proteção de posições monopolísticas, entre outros. Alguns dos empreendedores que se beneficiaram destas condições tornaram-se grandes proprietários dos *chaebols* algum tempo depois.

Com a fundação da Primeira República em 1948, a hiperinflação, o excesso de demanda e a falta de proteção às indústrias domésticas fizeram com que o governo estabelecesse algumas restrições à atividade privada empreendedora. Assim, o fator político passou a ser um requisito para a aquisição de licenças de importação. O volume de exportações era pequeno na década de 50, pois o capital necessário às importações era suprido somente pela ajuda externa dos Estados Unidos e das Nações Unidas, através da transferência de dólares ou matérias-primas.

Este período caracterizou-se pela grande falta de recursos financeiros; porém, um grande número de *chaebols* recebia tratamento especial na obtenção de empréstimos bancários, devido às suas contribuições políticas. Com a privatização dos bancos comerciais mantidos pelo Estado, a alocação de crédito industrial para os *chaebols* foi máxima. Em 1954, com o estabelecimento do *Commercial Bank Act*, o governo selecionou alguns dos maiores *chaebols* para serem sua base de apoio financeiro e distribuiu as ações dos bancos para alguns grupos como Samsung e Samho.

Muitos desses incentivos foram alocados pelo governo com o intuito de levantar a economia do país, visto que essa apresentava grandes quedas na produção industrial e nas transações internacionais. Neste contexto, os *chaebols* passaram a acumular riqueza e, mais tarde, foram acusados de obter vantagens ilegais do próprio governo. A alocação de propriedades e recursos no setor privado provocou discussões em todo o país. Enquanto alguns acreditavam que a corrupção teve um papel importante nesse processo, outros pensavam que a má alocação dos recursos era devido à pequena quantidade de empreendedores qualificados. Além disso, acreditava-se que o processo de venda das propriedades herdadas dos japoneses não foi transparente e justo, mas sim dominado por interesses e influências políticas.

Nenhum *chaebol* estabeleceu indústrias caracterizadas como de grande escala até o final dos anos 50. A partir de então, percebe-se o surgimento de grandes indústrias têxteis. Este era o setor que mais crescia neste período e o que predominou depois da era colonial. O governo intervinha constantemente nestas atividades, priorizando o crescimento das indústrias locais e protegendo-as da competição estrangeira. Além disso, Rhee controlava as fontes de tecnologia, capital e matéria-prima.

O período de transição da era colonial, juntamente com a Guerra da Coreia (1950-53), provocou desajustes em todos os setores do país. Desde o estabelecimento do governo Rhee, em 1948, o país se encontrava desorganizado e pouca ênfase era dada aos aspectos econômicos voltados para a indústria. Os coreanos buscavam uma identidade política e, na medida do possível, incentivavam as empresas privadas. A prioridade do governo Rhee era investir intensamente na agricultura. Apesar disso, algumas atividades industriais prosperaram.

A guerra da Coreia destruiu muitos estabelecimentos industriais e provocou outros danosos efeitos econômicos como a alta da inflação. Isto levou o governo a buscar a reconstrução da infra-estrutura e das indústrias que haviam sido destruídas. Esse processo foi executado com grande ajuda do capital norte-americano. Os principais objetivos de reconstrução do país contemplavam a entrada de capital estrangeiro, promovendo as indústrias de substituição de importações, especialmente na produção de bens de consumo, alimentos e têxteis e manter apoio ao setor agrícola. O governo também passou a controlar os recursos financeiros, as taxas de juros do mercado e a promoção de incentivos a investidores privados.

Mesmo assim, foi durante o governo Rhee que os *chaebols* conseguiram acumular riqueza numa taxa maior que a média nacional. O desenvolvimento econômico coreano teve início em um período em que o país apresentava baixa renda e poupança, infra-estrutura social e econômica subdesenvolvida, baixo nível administrativo, poucas fontes naturais e falta de experiência administrativa no governo. Além disso, havia uma instabilidade política e econômica geral.

6. A Rápida Industrialização a Partir dos Anos 60

A economia coreana atingiu grande desenvolvimento durante os anos 60. Neste período muitos *chaebols* foram beneficiados pelas políticas governamentais, através da alocação de recursos e oportunidades ao setor privado. O surgimento e a expansão dos grupos foi o mecanismo utilizado pelo Estado para promover o crescimento da economia do país. Os principais objetivos declarados do governo Park, instituído via golpe militar após um pequeno período (1960-61) governado por Chang Myong, foram: facilitar a entrada de capital estrangeiro, promover a substituição de importações de bens de consumo, como comida e têxteis, e manter o apoio ao setor agrícola.

A Coreia do Sul conseguiu dar continuidade ao seu crescimento econômico de forma acelerada a partir do governo Park. Seus objetivos políticos visavam o desenvolvimento econômico e a introdução de estratégias voltadas para a rápida industrialização. Essas direções políticas foram estabelecidas e sua implementação guiada pelos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico, elaborados pelo Conselho de Planejamento Econômico (*Economic Planning Board*). Este conselho teve suas funções agrupadas às do Ministério das Finanças e Economia durante o governo de Kim Young Sam nos anos 90.

Neste período, as condições econômicas e de infra-estrutura ainda se encontravam pouco desenvolvidas, sendo que o país possuía uma das mais baixas rendas *per capita* do mundo e baixo nível de reservas e tecnologia. Assim, Park buscou expandir a atividade econômica através da promoção do setor privado, especialmente dos *chaebols*. A alocação de crédito para os grupos passou a ser controlada pela burocracia estatal, que monitorava e controlava as atividades do setor privado para assegurar que os recursos disponíveis pelo governo fossem usados produtivamente. Os grupos deveriam contribuir positivamente para o crescimento econômico e para a promoção das exportações do país.

Para toda ajuda governamental, algum critério de performance - normalmente quantidade exportada - era estabelecido, e fielmente observado seu cumprimento. O governo passou a influenciar os *chaebols* através de políticas e medidas administrativas como a alocação de licenças para investimento e crédito industrial, especialmente para as grandes empresas. Dessa forma, a década de 60 marcou o avanço dos *chaebols* para atividades industriais de refino de petróleo, montagem de produtos eletrônicos e produção automobilística. Os *chaebols* cresceram rapidamente e passaram a ser o centro dinâmico da economia nacional.

O crescimento econômico caracterizava-se mais por novos investimentos disponibilizados pelo governo do que pelo aumento da produtividade nos estabelecimentos já existentes. No processo de alocação de licenças para investimentos, além da qualificação dos projetos de investimento, as ligações políticas representavam fator importante, e os que apresentavam projetos maiores tinham melhor acesso tanto às licenças quanto aos empréstimos externos.

A alocação de crédito para os *chaebols* pode ser percebida através de dois aspectos do mercado financeiro. Primeiro, a dependência dos grupos aos empréstimos. O grau de endividamento dos grupos cresceu de 1.36 em 1961 para 3.94 em 1971. Outro fator importante é que o governo controlava os preços e a quantidade de recursos financeiros. As taxas de juros dos bancos eram mantidas abaixo dos valores reais e a decisão de empréstimos excessivamente controlada pelo governo.

A privatização de algumas empresas estatais em meados dos anos 60 tornou-se um investimento atrativo e lucrativo para os grupos. Apesar do processo de venda ter sido competitivo, foi realizado somente entre os maiores grupos. Além disso, estas vendas foram seguidas de empréstimos bancários baratos, que proporcionaram grandes oportunidades de crescimento às empresas.

A década de 70 foi marcada por muitos investimentos de grande escala do setor privado, também financiados pelo governo. As condições do mercado doméstico e internacional neste período eram favoráveis e os grupos coreanos apresentavam notáveis taxas de crescimento. As pequenas e médias empresas, porém, não acompanhavam o mesmo dinamismo do desenvolvimento econômico do país como um todo. Estas somente começaram a receber alguma atenção por parte dos governos coreanos somente a partir dos anos 80.

Nos anos 70, as estratégias de crescimento pensadas e implementadas visavam ao desenvolvimento de indústrias químicas e pesadas e à promoção de exportações. Para isso, o governo alocou grande quantidade de recursos e aumentou o apoio e os incentivos às exportações. Como resultado, a participação das indústrias químicas e pesadas na produção total do país cresceu de 39% em 1971 para 55% em 1979, enquanto que a parcela das exportações no PNB cresceu de 16% em 1971 para 36% em 1979. Dentre as indústrias

selecionadas pelo governo destacam-se a de metais não ferrosos, petroquímica, maquinaria, construção de navios e a indústria de eletrônicos.

Neste período, o governo também incentivou os grupos coreanos a explorarem os mercados de construção civil e de infra-estrutura do Oriente Médio. Para as empresas participarem desse processo, precisavam obter licença do governo. Essa licença era distribuída mais por critérios políticos que propriamente econômicos. Os *chaebols*, que já apresentavam recursos suficientes para financiar sua expansão, foram novamente beneficiados pelo comportamento do governo. A contrapartida dos grupos, por sua vez, foi conseguir elevados montantes de divisas externas para o governo administrar o rápido crescimento econômico do país.

Uma das mais importantes medidas governamentais para a promoção de exportações, implementadas na década de 70, foi a criação de *General Trading Companies - GTC*. As GTC passaram a operar com produtos e mercados altamente diversificados. Essas companhias eram competitivas internacionalmente e podiam apropriar-se de economias de escala e escopo em nível global. Todos os grandes *chaebols* rapidamente criaram suas próprias GTCs. A lei que controlava as GTCs foi estabelecida em 1975 e 13 companhias receberam licenças de operação do Ministério de Comércio e Indústria. Dentre elas, 12 pertenciam a grandes *chaebols*, e apenas uma foi estabelecida para coordenar as atividades de pequenas e médias empresas. As GTCs controlavam predominantemente as atividades de exportações e, em 1980, eram responsáveis por 88% das mesmas.

Nos anos 80, os *chaebols* praticamente dominavam a economia coreana. A estratégia de industrialização voltada para o mercado externo permanecia, porém aumentava o protecionismo dos mercados externos, assim como o endividamento dos grupos, a volatilidade das taxas de juros no mercado internacional e a instabilidade política interna. O presidente Park foi assassinado em 1979 e a Coreia do Sul sofreu uma grande crise de liderança. O crescimento econômico no ano seguinte foi de -4%. Esta taxa contrasta com as elevadas taxas de crescimento econômico, superiores a 10%, registradas na história do desenvolvimento econômico do país.

A política econômica do sucessor de Park, o general Chun, visava à estabilidade econômica e ao crescimento moderado. Dessa forma, suas principais medidas consistiram na redução de sua intervenção nos mercados, na liberalização das importações, no desenvolvimento das pequenas e médias empresas e na reorganização da política industrial, especialmente com relação aos *chaebols*, para que fossem diminuídas a concentração, a diversificação e o endividamento dos maiores grupos. Os *chaebols* se expandiram através de investimentos mútuos entre suas companhias-membros. Este mecanismo permitia que os grupos investissem em outras empresas com menos capital e obtivessem maior volume de créditos dos bancos oficiais e não oficiais.

Em 1987 a Coreia passou a ser governada por Roh Tae Woo, que estabeleceu planos para regularizar a economia e promover a justiça no país. As principais reformas políticas de Roh eram relacionadas à propriedade da terra, transações financeiras, concentração de poder dos conglomerados empresariais e relações entre empregados e empresas. No governo de Roh, a Coreia do Sul, além de voltar a crescer à elevadas taxas, enfrentou grande mobilização sindical por melhores condições de trabalho e qualidade de vida. As extensas jornadas de trabalho na Coreia eram, e ainda são, como mencionado anteriormente, superiores a 2.300 horas por ano.

Neste período, os grupos avançaram para indústrias de alta tecnologia, tais como: computadores, semicondutores e engenharia genética. A expansão internacional dos *chaebols* intensificou-se na década de 80. Como exemplo, destacam-se o grupo Samsung, com instalações em Portugal e Nova Jersey nos Estados Unidos, para a produção de televisores, e o grupo Hyundai produzindo automóveis no Canadá. Um quadro-resumo do crescimento e expansão do número de empresas dos 10 principais grupos coreanos, na década de 80, foi elaborada por Kim (1997) e reproduzido abaixo:

Tabela 04: Indicadores Básicos dos 10 Maiores *Chaebols*, 1981-88

<i>Chaebol</i>	Número de Firmas		Total de Ativos*		Taxa de Crescimento dos Ativos Totais 1981-1988 (%)
	1981	1988	1981	1988	
1. Daewoo	21	33	4.018	13.386	18,8
2. Samsung	22	41	2.754	13.120	25,0
3. Hyundai	24	33	4.715	12.752	15,3
4. LG	20	54	3.000	11.584	21,3
5. Ssangyong	11	21	1.998	5.500	15,6
6. Han Jin	12	16	1.738	4.962	16,2
7. Korea Explosives	15	26	936	3.952	22,9
8. Sunkyong	9	19	2.189	2.948	4,3
9. Dong Ah	12	16	1.331	2.420	10,5
10. Kia	6	10	402	1.989	30,5

Nota: * Total de Ativos em 1985 em valores constantes.

Nos anos 90, a tendência de globalização e a criação da Organização Mundial do Comércio, bem como a entrada da Coreia do Sul na OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – pressionaram por mudanças no cenário econômico coreano. Os novos tempos e acontecimentos exigiam que a Coreia mudasse sua estratégia econômica nacional, transformasse seu estilo administrativo e introduzisse reformas em sua estrutura industrial e financeira para manter o crescimento econômico.

Nas eleições de 1992, a Coreia do Sul elegeu Kim Young Sam. Logo que foi eleito, Kim lançou um programa de reformas anti-corrupção (mais de 5.000 pessoas foram presas acusadas de corrupção, inclusive os dois últimos presidentes) que visava tornar públicas as propriedades de políticos e de militares, além de promover o movimento *segye-hwa*, visando a globalização das empresas do país. Em 1998, a Coreia submeteu-se a outra mudança do governo, que passou a ser liderado por Kim Dae-Jung, cujos ideais básicos declarados são os de promover o desenvolvimento baseado na democracia política e na economia de mercado.

7. O Relacionamento Diplomático e Comercial Sul Coreano com o Brasil

O relacionamento político-diplomático do Brasil com a Coreia do Sul teve início em junho de 1949. O Brasil foi o oitavo país do mundo e o segundo latino-americano (o primeiro foi o Chile) a reconhecer oficialmente aquele país asiático. Durante e após o conflito bélico na Coreia, o Brasil, a exemplo dos demais países latino-americanos, sempre votou favoravelmente à Coreia do Sul. O Brasil, através do relacionamento de amizade com o governo coreano e comportamento cooperativo com os Estados Unidos, atendia os interesses deste último não só na península coreana, onde era imperativo impedir a expansão do comunismo, como também na América Latina, onde era imperativa a manutenção da paz hemisférica.

Em 1965, o Brasil estabeleceu sua embaixada em Seul e em 1967 designou seu primeiro representante oficial naquele país, o Embaixador Bartel Rosa. A partir dos anos 60, o governo coreano passou a intensificar sua atividade diplomática - acordos e missões comerciais - com países considerados comercialmente estratégicos. Em 1962, estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro sua primeira embaixada na América Latina (a décima terceira no mundo). Mais tarde, em 1970, devido à maior demanda de serviços pelos imigrantes coreanos, instala, em São Paulo, o Consulado Geral.

De acordo com Lee (1995), em janeiro de 1961 foi criada, na Coreia do Sul, uma associação de emigração. O golpe militar de 1961, na Coreia, comandado pelo general Park Chung Hee, despertou o interesse de muitos sul coreanos pela emigração. Dessa forma, chegaram ao Porto de Santos, em fevereiro de 1963, um grupo de 103 sul coreanos e, em novembro do mesmo ano, mais um grupo de 350 pessoas. Estes grupos foram assentados nas proximidades de Guarulhos e Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo. No ano seguinte, outros dois grupos, totalizando 635 sul coreanos, chegam ao Brasil e se instalam em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nos anos de 1965 e 1966 mais 1065 chegaram no Paraná e outros 3032, que chegaram entre os anos de 1967 e 1970, permanecem em São Paulo.

O maior número de imigrantes, 4028, chegou ao Brasil nos anos de 1971 e 1972. Após esta data, de acordo com Choi (1995), registram-se ainda outros 752 entre 1973 e 1979 e mais 848 entre 1980 e 1985. Além do Brasil, os Estados Unidos, Canadá, Austrália e África do Sul eram as opções dos emigrantes sul coreanos. O Brasil, naquela época, mais industrial e economicamente mais desenvolvido que a Coreia do Sul, apresentava-se como uma opção possível. O êxito da emigração japonesa em anos anteriores também contribuiu para que o interesse do governo e do povo coreano pelo Brasil fosse grande.

Em 1980 houve nova regulamentação da lei brasileira de imigração, e cerca de 4500 sul coreanos encontravam-se em São Paulo em situação irregular. Estes sul coreanos e outros 2500 em 1989, que ilegalmente entraram no país, via Paraguai, foram anistiados e tiveram sua situação regularizada. No início dos anos 90, a embaixada da Coreia do Sul divulgou que aproximadamente 43 mil sul coreanos residiam no Brasil. A "Revista Veja", em maio de 1998, divulgou que o número de imigrantes legais chega a 45 mil e o número de ilegais, segundo estimativas da Polícia Federal, chega a 35 mil. A presença dos imigrantes coreanos certamente contribuiu para o aumento das transações entre os países, especialmente as que dizem respeito ao comércio bilateral.

Vários acordos de cooperação com o Brasil foram assinados ao longo dos cinquenta anos de história da Coreia do Sul. Entre eles, em maio de 1963, um Acordo Comercial [Ministro das Relações Exteriores Hermes Lima e Embaixador no Rio de Janeiro Park Tong Jin]; em janeiro de 1966, um Acordo Cultural [Ministro das Relações Exteriores Juracy Magalhães e Embaixador no Rio de Janeiro Park Tong Jin] dois novos acordos nos anos de 1984 - doação, pelo governo coreano de duas propriedades rurais, "Poções" e "Santa Cruz", ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e 1989 - convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto sobre a renda [Embaixador Moacyr Moreira Martins Ferreira e Ministro das Relações Exteriores Choi Ho Choong].

Nos anos 90 as relações diplomáticas e econômicas entre os dois países se intensificam. Em agosto de 1991, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Rezek, à convite do Ministro das Relações Exteriores da Coreia Lee Sang Ock visita Seul pela primeira vez na história do relacionamento dos dois países. Na oportunidade da visita, foi assinado um acordo

de cooperação na área de ciência e tecnologia. No acordo são estabelecidas iniciativas relativas ao intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, à realização de simpósios e seminários, bem como, o intercâmbio de cientistas e pessoal técnico. Além disso, o acordo estabelece uma comissão para formular, rever e aprovar um Plano de Cooperação Científica e Tecnológica.

No mês subsequente à visita do ministro, setembro de 1991, foi estabelecido um grupo de trabalho para discutir os serviços aéreos entre os dois países. Em agosto do ano seguinte, 1992, autoridades dos dois países [Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer e Embaixador Han Cheol Soo] assinam em Brasília um Acordo sobre Serviços Aéreos Entre e Além de Seus Respetivos Territórios. Nesta ocasião, foram também trocadas notas para a dispensa de vistos em passaportes diplomáticos e de serviços, assunto este previamente discutido na Primeira Reunião da Comissão Mista Bilateral.

No acordo aéreo ficou estabelecido que, enquanto operando dentro das rotas específicas, as linhas aéreas designadas podem: a) voar sem aterrizagem sobre o território nacional; b) parar em território nacional para outros propósitos que não os de transporte de carga e passageiros; c) apanhar e descarregar passageiros, carga e correspondência em qualquer ponto das rotas especificadas. As rotas especificadas foram as de qualquer ponto do Brasil para Seul e Pusam e de qualquer ponto da República da Coreia para São Paulo e Rio de Janeiro. As companhias designadas para operar nessas rotas foram a KAL - *Korean Airlines*, pelo lado coreano, e a VASP - Viação Aérea de São Paulo, pelo lado brasileiro.

Ainda no ano de 1992, foram rubricados o Tratado de Exatradção e o Acordo para a Promoção e Proteção Mútua de Investimentos entre o Brasil e a Coreia. O acordo de investimentos, assinado em setembro de 1995, encoraja a criação de condições favoráveis para investidores de ambos os países realizarem investimentos em seus territórios de acordo com as respectivas leis e regulamentações. Estabelece também que investimentos e investidores devem receber tratamento justo e desfrutar de completa proteção e segurança.

No ano de 1992 foi discutida a realização de acordos na área criminal e do turismo. O Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo foi assinado em 1996. Nele, os países se comprometem a encorajar esforços de cooperação entre suas autoridades para a transferência de tecnologia na área do turismo, na promoção conjunta de publicidade e na troca de agentes e especialistas em turismo. Se comprometem a estruturar e promover a cooperação do setor privado dos dois países para desenvolver a infra-estrutura de viagens e turismo, como também a intensificar as comunicações e os transportes entre os dois países.

As conversações, desde os primeiros anos da década de 90, prosseguiram de forma intensa. O crescente intercâmbio político e econômico levou o presidente sul coreano, a convite do presidente brasileiro, a visitar o Brasil em setembro de 1996. Na oportunidade, Kim Young San, em discurso oficial, declarou que as trocas comerciais triplicaram nos últimos três anos, chegando a US\$ 3 bilhões somente no ano anterior. As trocas materiais e de pessoal entre os dois países têm crescido continuamente desde o estabelecimento da rota aérea em 1992 entre Seul e São Paulo. Além disso, os aproximadamente 40.000 imigrantes e as numerosas empresas coreanas realizando negócios no Brasil jogam um importante papel na cooperação bilateral.

Na esfera político-diplomática, autoridades dos dois países [MRE Luiz Felipe Lampreia e MNE Gong Ro Myung] firmaram, em Brasília em 11 de Setembro de 1996, um Memorandum

de Entendimento para Consultas Políticas. As partes decidiram estabelecer consultas políticas de alto nível entre representantes dos dois países, de forma alternada, em Brasília e em Seul, com periodicidade anual, ou com maior frequência, caso as circunstâncias exijam. Além dos encontros regulares, o *memorandum* prevê a organização de encontros de peritos e grupos de trabalhos especiais para estudar questões de interesse comum.

Este quadro de crescente relacionamento, não só político diplomático, mas também econômico e financeiro, entre o Brasil e a Coreia do Sul, sofreu grande impacto na segunda metade de 1997. Neste ano, o mundo foi surpreendido com a "Crise Asiática". Por diversificadas causas, diferentes países asiáticos, como a Tailândia, a Indonésia e a Malásia foram forçados a desvalorizar radicalmente suas moedas. Além destes países, a Coreia do Sul também teve que desvalorizar o Won em mais de 50%. Seus relacionamentos com o mercado interno, como também com o internacional, precisaram ser reestruturados, e esforços vêm sendo despendidos, desde então, para a superação da crise.

Após quase quatro décadas de dinamismo econômico e expansão do comércio internacional, a economia coreana passou a enfrentar uma crise severa a partir de outubro de 1997. Após atingir os países asiáticos em 1997, as crises cambiais aconteceram na Rússia em 1998 e o Brasil em 1999. O impacto destas crises sobre o relacionamento comercial entre o Brasil e a Coreia pode ser facilmente visualizado na tabela e gráfico abaixo. Pode-se visualizar também os principais produtos comercializados em 1998, onde a Coreia foi o 13º maior fornecedor e o 22º receptor de bens comercializáveis, segundo dados do MDIC e da KOTRA São Paulo.

Tabela 04: Comércio entre Coreia e Brasil 1995/1999

Ano	Exportação p/Brasil		Importação do Brasil		Superávit/Deficit
	valor	Taxa de crescimento	valor	Taxa de crescimento	
1995	1.518	79.9	1.388	36.2	130
1996	1.497	-1.4	1.324	-4.6	172
1997	1.710	14.3	1.238	-6.5	472
1998	1.792	4.7	693	-44.0	1.098
1999	936	-48	577	-17	356

Fonte: MDIC/SECEX/RF Dados de 1999-jan-nov.

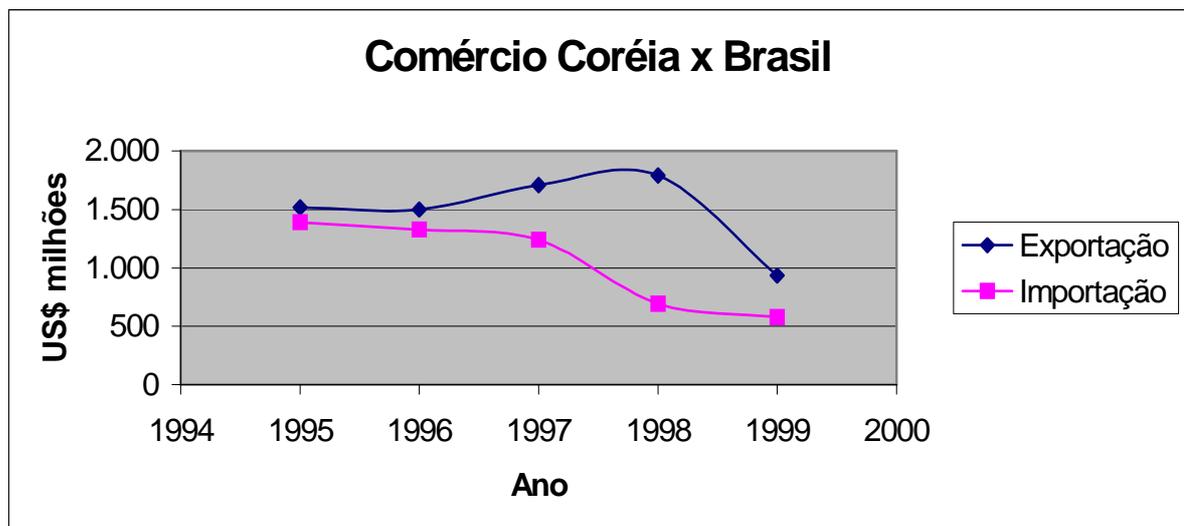


Tabela 05: Perfil das Importações e Exportações com a Coréia Jan./Dez.1998 US\$ F.O.B

IMPORTAÇÕES	991.654	EXPORTAÇÕES	467.087
Aparelhos transmissores, receptores e componentes	125.498	Minérios de ferro e seus concentrados	139.097
Onibus e outros veículos, automóveis, capacidade >=10 pessoas	106.369	Semi manufaturados de ferro ou aço não ligados	129.898
Pneumáticos	75.096	Pastas químicas de madeira a soda ou a sulfato	43.060
Veículos automóveis de passageiros, inclusive ckd	68.079	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados	24.037
Circuitos integrados e micro conjuntos eletrônicos	38.527	Farelo e resíduos da extração do óleo de soja	23.846
Fios de fibras têxteis, sintéticas ou artificiais	37.611	Suco de laranja congelado	20.863
Tecidos de fibras têxteis, sintéticas ou artificiais	35.676	Café cru em grão	12.253
Motores, geradores, transformadores, etc. - elétricos, partes	24.242	Barras, perfis, fios e chapas, de cobre	9.807
Bombas, compressores e suas partes	20.505	Couros e peles, exceto em bruto	7.607
Partes e acess. de apars. videofonicos e reprod. grav. som	20.177	Soja mesmo triturada	7.463
Demais produtos	439.873	Demais produtos	49.157

Fonte: DECEX/GEREST – Balança Comercial Brasileira – Dezembro/98.

Tabela 05: Importações e Exportações em US\$ milhões em 1998

IMPORTAÇÕES	US\$ mi 1998	EXPORTAÇÕES	US\$ mi 1998
Navios	464.115	Minérios de ferro	693.409
Automóveis	144.503	Outros produtos minerais	259.496
Tubos e pneus	118.159	Matéria-prima para papel	62.649
Tecidos sintéticos	117.873	Produtos alimentícios	33.439
Tecidos	64.599	Prod. agríc. sob encomenda	30.628

Fonte: KOTRA São Paulo. Jan. 2000.

Muitas das exportações coreanas foram acompanhadas por investimentos diretos das empresas coreanas nos mercados latino-americanos. De acordo com Taik (1997) os investimentos, que em 1980 eram de somente US\$ 4,6 milhões, chegaram ao montante de US\$ 337 milhões em 1995. Ainda segundo dados da mesma fonte, embora os investimentos sul coreanos tenham sido relativamente superiores nas demais regiões geográficas do mundo, como também nos demais países latino-americanos, com Panamá, México, Argentina, e Chile, chegaram, no Brasil, em 1996, ao montante de US\$ 63 milhões.

Os investimentos e reinvestimentos coreanos no Brasil, direcionados para a indústria de transformação - material elétrico, eletrônico, comunicação, químico e de serviços - consultoria e administração de bens, foram da ordem de US\$ 1,159 milhão nos anos de 1991 a 1993. Esse valor foi de US\$ 3,16 milhões em 1994 e em 1995 atingiu US\$ 4,38 milhões. De acordo com o Censo de Capitais do Banco Central do Brasil, o estoque de capital coreano no Brasil em 1995 era de US\$ 3,8 milhões. Os fluxos de investimentos foram crescentes nos anos subsequentes na ordem de US\$ 63,3 milhões, em 1996 e US\$ 91,3 milhões em 1997. O relatório observa que os investimentos estrangeiros diretos realizados em 1996 e 1997, por vários países como Portugal, Espanha e Coréia do Sul, superaram amplamente o estoque existente em 1995. Ressalta também que, no caso da Coréia do Sul, o estoque de investimentos existentes era praticamente nulo.

Esses investimentos, embora pouco expressivos se considerados o estoque total de investimentos diretos estrangeiros em 1995 de US\$ 42.530 bilhões e o fluxo de US\$ 7.665 bilhões em 1996 e US\$ 15.311 bilhões em 1997, têm contribuído para a expansão da indústria brasileira. Os setores receptores desses investimentos, o automobilístico, o eletroeletrônico e o de informática consolidam o processo de inserção das empresas coreanas no mercado brasileiro. Esse processo, via de regra, teve início com a exportação de produtos coreanos para o Brasil, a abertura de escritórios comerciais, o desenvolvimento de canais de distribuição e redes de assistência técnica e, finalmente, a produção e montagem local.

Com a crise cambial de Novembro de 1997, todos os planos de novos investimentos foram descontinuados ou suspensos. Muitas das atividades foram interrompidas e algumas empresas que já operavam no mercado brasileiro fecharam suas portas. As empresas Ssangyong Co., Semo Co., Seungyong Trading Co. e Colon do Brasil Comercial Ltda. encerraram suas atividades no Brasil no imediato pós-crise asiática ou nos primeiros meses de 1998.

Para, de alguma forma, apoiar as empresas coreanas que operam no Brasil, estão presentes diversas entidades governamentais e associações. Além da KOTRA - Korea Trade - Investment Promotion Agency e da Divisão Comercial do Consulado Geral da República da Coreia, existem também a Associação Cívica Coreana, a Câmara de Comércio e da Indústria Coreia Brasil, a Associação Brasileira dos Coreanos e a Associação Brasileira de Educação Coreana. Estas últimas mais ligadas a comunidade de coreanos que vivem no Brasil, que já ultrapassa a 40 mil habitantes. O Korea Exchange Bank passou a operar plenamente em São Paulo desde 1997 e o Export and Import. Bank of Korea também possui um escritório na cidade, visando atender às empresas e à comunidade coreana. Um quadro síntese da presença das maiores empresas coreanas operando no Brasil, em 1999, foi elaborado pela KOTRA São Paulo e reproduzido abaixo.

Tabela 06: Perfil das empresas operando no Brasil

Empresas	Tipo de produtos fabricados	Valor do investimento	No. empregados	Cidades
Samsung Corporation	TV e monitor coloridos/produtos eletrônicos	200	850	Manaus
Siderúrgica Pohang	Pallets	110	100	Vitória
Samsung Eletronics	CTV, VTR, Monitor de computadores, microondas, produtos eletrônicos	80	400	Manaus
LG Eletronics (SP)	Monitor de computadores (14,15,17 pol)	35	400	São Paulo
LG Eletronics (Manaus)	CTV, VTR, microondas, produtos eletrônicos	30	350	Manaus
Daewoo Eletronics	CTV, VCR, produtos eletrônicos	8	300	Manaus

Fonte: KOTRA São Paulo. Jan.2000

Considerações finais

Uma das mais marcantes características do desenvolvimento econômico coreano, e, por isso mesmo, motivo de cobiça das grandes potências ao longo dos anos, é sua localização geográfica. Os esforços de reunificação sendo atualmente conduzidos pelo governo de Kim Dae Jung parecem reconhecer este fato. Uma vez superadas as resistências de ambas as partes ainda pressionadas pelas potências econômicas regionais como China e Japão ou internacionais como os Estados Unidos e União Européia, a Coreia do Sul terá acesso terrestre

a dois grandes países, a Rússia, ao norte e a China, mais ao oeste. O intercâmbio comercial e cultural com estes países que já é considerável deverá aumentar.

A península coreana está no centro da esfera econômica do Nordeste Asiático. Esta região é considerada o motor do crescimento econômico mundial devendo sua parcela do produto mundial crescer dos 16% em 1990 para 27% em 2010. Dentro de um raio de 1.200 km da cidade de Seul, que concentra praticamente a metade da população e da produção do país, vivem mais de 700 milhões de pessoas nas consideradas megacidades de rápido crescimento como Pequim, Shanghai, Tóquio e Vladivostok. Além disso, os países dessa região tendem a se complementar em termos de recursos naturais e a nível de desenvolvimento econômico, o que amplia as possibilidades de cooperação e sinergia. A indústria coreana do turismo e de transportes marítimos encontra-se em grande expansão.

Estas indústrias e todo o processo de reestruturação econômica pós-crise cambial de 1997, ainda em curso, bem como todo o rápido processo de industrialização sul coreano, continuam sendo estudados e apresentados de diferentes maneiras. Em um extremo autores e instituições de orientação neoclássicas, como por exemplo o Relatório do Banco Mundial de 1987, enfatizam o modelo exportador baseado no livre mercado como o principal motor do desenvolvimento. Outros, no mesmo ano, como Kirkpatrick, percebem o processo de industrialização coreano como resultante de um estrito estado intervencionista caracterizado pelas licenças de exportação, tarifas elevadas e investimentos seletivos.

Entre essas duas visões ortodoxas, ou somando-se a elas, existe uma vasta bibliografia, parcialmente relacionada no final deste capítulo, que contribui para a compreensão daquele processo de desenvolvimento. Grande parte dela, como por exemplo, o novo estudo do Banco Mundial *The East Asian Miracle* de 1993 vê o processo como resultante de “um vencedor conjunto de fundamentos e intervenção”. Independente desta posição ou de outras melhor sintetizadas nos termos ingleses de “market conforming”, “market friendly”, “market augmenting” etc. o processo de rápida industrialização sul coreano pode ser sintetizado através das seguintes características:

- Ênfase exportadora desde 1961, sem abandono das políticas substituidoras de importações, combinada com um peculiar sistema liderado pelo governo de alocação de eficiências e recursos escassos;
- Condução de toda a atividade econômica a partir de planos quinquenais de desenvolvimento econômico e social que, nos anos 60, priorizaram a criação de indústrias leves, nos 70 a indústria química e pesada, nos 80 e 90 a sua internacionalização e o desenvolvimento de indústrias de conhecimento intensivo, principalmente as de informação;
- Destruição das antigas estruturas de poder ligadas aos interesses japoneses pelas forças de ocupação norte-americanas e posterior construção de uma sociedade mais igualitária via reforma agrária e da educação compulsória antes do processo de industrialização acelerada;
- Mercado consumidor norte americano como grande absorvedor dos produtos coreanos ao longo de todo o processo de industrialização tendo o Japão como principal fornecedor de indústrias, suporte técnico e informações;

- Nos anos 50 e 60, grande ajuda externa norte americana no contexto da Guerra Fria e subsequente aquisição de produtos sul coreanos em larga escala pelas tropas norte americanas em guerra no Vietnã.
- Insignificante presença de investimentos estrangeiros diretos, sendo os empréstimos e a aquisição e/ou transferência de tecnologias maduras privilegiados por uma elite burocrática governamental que, legitimada pelos concursos públicos, desenvolve e reforça seu controle pela autoridade burocrática e discricião, mais fortemente que a estrutura legal;
- Governo e grandes empresas cooperam no desenvolvimento de ciclos de promoção industrial que levam a excessivo aquecimento e competição, mudança das administrações; quebra das coalizões e reajuste industrial com a liquidação das empresas problemáticas, queda da produção, recessão, nova promoção industrial, intensivo suporte para as grandes e eficientes empresas, nova coalizão que desenvolve e reafirma os conglomerados como os mais apropriados para obter economias de escala, de escopo e de exportação;
- As indústrias exportadoras de mão de obra intensiva priorizaram linhas de produtos que não necessitavam de serviços pós-venda, a escala de produção e prazos de entrega eram mais importantes que a qualidade; a tecnologia estava embutida nos próprios produtos com taxas de inovação elevadas que forçaram a construção de fábricas em tempos curtos e apropriados;
- Os líderes empresariais e seus executivos, através da Federação das Indústrias, da Câmara de Comércio e das Associações de Exportação obtiveram tratamento especial em licenças e empréstimos para alavancar sua expansão econômica em diversificados setores de atividade, ao mesmo tempo que empregavam aposentados dos altos escalões do governo criando canais flexíveis e rápidos de informações privilegiadas;
- Até os anos 90, quando nomes fictícios eram permitidos, além do intensivo uso de empréstimos a taxas de juros artificialmente baixas nos bancos nacionalizados por Park em 61 e privatizados, mas mantidos sob controle governamental por Chun nos anos 80, a existência de um mercado financeiro paralelo permitia aos grupos ganhos especulativos que alavancavam seu desenvolvimento;
- O fluxo de capital no interior dos grandes grupos não podia e ainda não pode ser controlado pelas autoridades fiscais devido à participação cruzada de ações por uma mesma família controladora;
- A criação de General Trading Companies propiciou o desenvolvimento de uma rede de informações no interior dos conglomerados que alavancou sua presença nos mercados internacionais além de pressionarem o governo para manter o controle do câmbio a seu favor;
- A construção de obras de infra-estrutura no Oriente Médio, nos países vizinhos e no interior da Coreia, quando do movimento denominado Saemaul Undong, foram decisivas para a obtenção de divisas e dinamismo econômico para superar as crises do petróleo nos anos 70;

- A tensão política com a Coreia do Norte e supressão do movimento dos trabalhadores foram utilizados como instrumento de mobilização nacional para redução de custos e como esforço coletivo na busca do crescimento econômico e autonomia.

Essas muitas características fazem parte do desenvolvimento econômico sul coreano dos anos 50 até os 90. Acredita-se porém que, com a entrada da Coreia do Sul na OECD, em 1996, e a crise cambial em 1997, significativas transformações no setor público, corporativo, financeiro, e trabalhista, ainda sendo implementadas, preparem aquela economia para os novos desafios de um mundo mais comercialmente integrado e um novo ciclo de expansão econômica seja perseguido. Embora o foco dessa expansão seja o dinâmico e crescente mercado asiático e os tradicionais mercados consumidores desenvolvidos, pode-se esperar que o crescente crescimento das relações diplomáticas e comerciais com o Brasil seja retomado e intensificado, no recíproco esforço de superação da crise e de retomada do desenvolvimento econômico.

Bibliografia:

- AHN, Choong Yong and Joo-Hoon Kim. The Outward-Looking Trade Policy and The Industrial Development of South Korea. In CHA, Dong-Se et al. (ed) **The Korean Economy 1945-1995: Performance and Vision for the 21st Century**. Seoul: Korea Development Institute, 1995.
- AMSDEM, Alice H. **Asia's Next Giant - South Korea and Late Industrialization**. New York: Oxford University Press, 1989.
- AMSDEM, Alice. Big Business - Focused Industrialization in South Korea. **International Economic History Congress**. Milan, August, 1993.
- ANDREWS, Katherine Zoe. Improvement in Manufacturing. **Harvard business review**, p. 12-13, march/april, 1996.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. <http://www.bcb.gov.br/htms/censo/evolucao.htm>
- BEDESKI, Robert E.. **The Transformation of South Korea**. London: Routledge, 1994.
- BRANSCOMB, Lewis M.; CHOI, Young-Hwan. **Korea at the turning point**. London: Praeger, 1996.
- CANUTO, Otaviano. **Os (des) caminhos da industrialização tardia**. São Paulo: Nobel, 1994.
- CHANG, Chan Sup; CHANG, Nahn Joo. **The Korean Management System**. London: Quorum Books, 1994.
- CHANG, Dal-Joong. **Economic Control and Political Authoritarianism**. Seoul: Sogang University Press, 1985.
- CHANG, Ha-Joon. **The Political Economy of Industrial Policy**. New York: St. Martin's Press, 1994.
- CHEN, Min. **Asian Management Systems**. London: Routledge, 1995.
- CHOI, Keum Joa. **Além do arco-iris: a imigração coreana no Brasil**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1991. pp. 34-37.
- CHUNG, Kae H.; LEE, Hak Chong; JUNG, Ku Hyun. **Korean Management - Global Strategy and Cultural Transformation**. New York: Walter de Gruyter, 1997.
- CLIFFORD, Mark L.. **Troubled Tiger**. New York: East Gate Book, 1994.
- COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: Paralelos, Sucessos e Desastres. In J.L. Fiori (org.) **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- HART-LANDSBERG, Martin. **The Rush to Development - Economic Change and Political Struggle in South Korea**. New York: Monthly Review Press, 1993.
- HILLEBRAND, Wolfgang. **Shaping Competitive Advantages - Conceptual Framework and the Korean Approach**. London: Frank Cass, 1996.
- HOW TO DO BUSINESS WITH KOREA. A guide to trade and investment. Korea, 1995/96.
- HOW TO TRADE WITH KOREA. A guide to trade and investment. Korea, 1993/94.
- HYDE, Georgie D. M.. **South Korea - Education, Culture and Economy**. New York: St. Martin's Press, 1988.
- KANG, Myung Hun. **The Korean Business Conglomerate: Chaebol then and now**. Berkeley: University of California, 1996.
- KANG, T. W.. **Coréia: o novo Japão?** Trad.: Alícia Teresita Ferrero Cavedon, Luiz Roberto S. S. Malta. São Paulo: Maltese, 1990.
- KIM, Eun Mee. **Big Business, Strong State**. New York: State University of New York Press, 1997.
- KIM, Kyung Dong, Explaining Initial Growth. In KWACK, Sung Yeung (ed.) **The Korean Economy at a Crossroad: Development Prospects, Liberalization, and South North Integration**, Praeger, 1994.
- KIM, Linsu. **Imitation to Innovation: The Dynamics of Korea's Technological Learning**. Boston: Harvard Business Scholl Press, 1997.
- KIRKPATRIC, Colin. Trade Policy and Industrialization in LDCs. In Norman Gemmel (ed.), **Surveys in Development Economics**. New York: Basil Blackwell, 1987.

- KOREA ANNUAL 1997. 34^a annual edition. Korea: Yohap News Agency, 1997.
- LEE, Catherine Keumhyun. Samsung: not just the chips are down. **Business Week**, p. 27, july, 1996.
- LEE, Hong Yung.; CHANG, Dal-Joong. **Political Authority and Economic Exchange in Korea**. Seoul: ORUEM, 1994.
- LEE, Hyung-Koo. **The Korean Economy**. New York: State University of New York, 1996.
- LEE, Sangki. **Brasil e Coréia do Sul**: aspectos político-econômicos do relacionamento bilateral. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1995.
- LIE, John. **Han Unbound - The Political Economy of South Korea**. California: Stanford University Press, 1998.
- MASIERO, Gilmar. **Comparative Planning Strategies in East Asia and Latin America**. San Diego: UCSD/CILAS. <http://orpheus.ucsd.edu/las.prrpg.htm>. Mar. 1997.
- McNAMARA, Dennis L. **The Colonial Origins of Korean Enterprise**. New York: Cambridge University Press, 1990.
- MENZEL, Ulrich. O novo centro de crescimento no leste e no sudeste da Ásia. Porto Alegre: **Indicadores Econômicos da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**, 1996.
- MICHELL, Tony. **From a developing to a newly industrialised country: The Republic of Korea, 1961-82**. London: Camera Press, 1988.
- MIRANDA, J.C. A dinâmica financeira da crise asiática. **Revista Política Externa**, vol.6, n. 4 março/maio, 1998.
- OECD Economic Surveys: **Korea**, Paris, 1993/94.
- OLIVEIRA, Amury Porto de. Coréia do Sul e Taiwan enfrentam o desafio da industrialização tardia. **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo: USP, , 1993.
- PILAT, Dirk. **The Economics of Rapid Growth - The Experience of Japan and Korea**. England: Edward Elgar Publishing Limited, 1994.
- RHEE, Jong-Chan. **The State and Industry in South Korea**. London: Routledge, 1994.
- SACCONI, Richard. **The Business of Korean Culture**. New Jersey: Hollym International, 1994.
- SOH, Changrok. **From Investment to Innovation?** Seoul: Global Research Institute, 1997.
- SONG, Byung-Nak. **The Rise of the Korean Economy**. New York: Oxford University Press, 1997.
- SOON, Cho. **The Dynamics of the Korean Economy**. Washington: Institute for International Economics, 1994.
- STEERS, Richard M.. **Made in Korea - Chung Ju Yung and the rise of Hyundai**. New York: Routledge, 1999.
- TAIK. Hwan Jyoung. **Korean Investments in Latin America**. Texto apresentado na Conferência Regional Integration in the Americas and the Pacific Rim. San Diego: University of California, March 1997. <http://orpheus.ucsd.edu/las/prrptk.htm>.
- UNGSON, Gerardo R.; STEERS, Richard M.; PARK, Seung-Ho. **Korean Enterprise: The Quest for Globalization**. Boston: Harvard Business School, 1997.
- WADE. Robert. **Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization**. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- WADE, L. L.; KIM, B. S.. **Economic Development of South Korea: the political economy of success**. New York: Kyung Hee University, 1978.
- WEI-MING, Tu. **Confucian Ethics Today: The Singapore Challenge**. Singapore: Federal Pblications, 1984.
- WOO-CHOONG, Kim. **Toda rua é calçada com ouro**: Segredos do sucesso de um empresário coreano. Trad.: Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Record, 1997.